JORNAL DOS Trabalhadores

ANO I — Nº 18 — Quinzenal — 22 de dezembro de 1982 — Cr$ 80,00

Recado do Lula

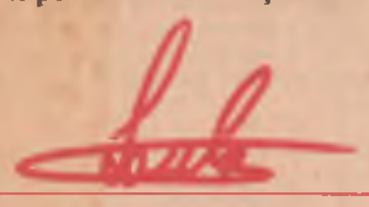
Reajuste trimestral

Os patrões voltam à carga, mais uma vez, para acabar com o reajuste semestral dos salários, ou para acabar com os outros elementos da atual política salarial: porcentagem de reajuste maior do que o INPC para quem ganha até três mínimos e índice de produtividade.

A política salarial que está aí está muito longe de ser uma maravilha. Ela foi adotada pelo Governo depois de muitas greves e de muitos sacrifícios dos trabalhadores, que tinham sido enganados pelo próprio Governo quando este adulterou os dados de custo de vida. Os trabalhadores queriam — queriam porque precisavam — de muito mais do que foi efetivamente concedido pelo Governo, quando este baixou a lei salarial que está em vigor.

E agora, mais uma vez, os patrões e o Governo querem acabar com ela. Sempre quiseram, aliás. Primeiro, era a deculpa de que as empresas — coitadinhas! — não agüentavam o baque econômico. Depois, que os reajustes pioravam a inflação. E, agora, a desculpa é outra: é o FMI.

Pois bem: se os patrões e o Governo agora querem mudar a política salarial, vamos mudá-la, sim! Mas vamos mudar para melhor: vamos nos organizar e lutar para que o reajuste seja trimestral, e não semestral; para que todos os trabalhadores, e não apenas uma parte deles, tenham porcentagens de reajuste acima do INPC; e para que o índice de produtividade médio da economia brasileira, como base para aumento salarial, seja estimado em quinze por cento. Mudança é isso!



Salário ameaçado

Patrões e Governo fazem de tudo para aumentar arrocho

P.3

Gilson e seus companheiros já começaram a planejar a administração de Diadema (Foto: Ruy Teixeira)

Novos planos para Diadema

Os problemas e as dificuldades do Município

Diadema — na região do ABC paulista — é uma cidade que possui cerca de 350 mil habitantes. Desse total, aproximadamente 100 mil pessoas são favelados e não dispõem de rede de esgoto ou de água em suas residências, ou em seus barracos. Nas ruas do centro da cidade, os pedestres andam sempre competindo com os carros, já que são raras as ruas ou avenidas que possuem passeios públicos, ou calçadas, como são conhecidos os espaços destinados à circulação normal da população. A criminalidade aumenta a cada dia e, com ela, cresce também o número de pessoas que são forçadas a buscarem nas favelas a solução para a questão do aluguel e, sobretudo, do desemprego. Com isso, a maior parte da população não dispõe de escolas públicas, de áreas de lazer, de nada.

Apoio popular

Foi exatamente nessa cidade que o Partido dos Trabalhadores conseguiu ganhar na Prefeitura. E o futuro prefeito será o metalúrgico Gilson Menezes que, preso em 1980 com outros 12 sindicalistas da região do ABC, foi também o presidente do Fundo de Greve do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Vícios do poder, Gilson não os tem. Mas pretende, com o apoio da população, fazer a melhor administração que o município já teve, nos últimos anos.

"Temos que atacar, principalmente, os casos mais urgentes, que é a falta de luz e água nas favelas" — diz Gilson Menezes, acrescentando que o futuro governador do Estado, senador Franco Montoro, do PMDB, terá a obrigação de atender as reivindicações principais do Município, que se resumem na falta total de saneamento básico.

As formas do Governo do futuro prefeito de Diadema — que tem consciência de que todas as atenções certamente estarão voltadas para sua administração — ainda não foram definidas. Atualmente, a Prefeitura funciona no esquema de Diretorias, mas Gilson pretende criar Secretarias.

"Temos que ver, juridicamente, até onde isso será possível, uma vez que o próprio IBGE não considera, em suas estatísticas, Diadema como Município de mais de 300 mil habitantes, fator fundamental para que a Prefeitura local possua Secretarias, ao invés de Diretorias".

Portas abertas

Mas isso não chega a ser assunto preocupante para o candidato eleito pelo PT. No último dia 11, ele esteve no gabinete do atual prefeito Lauro Michels, que apoiou — e foi derrotado — um candidato do PTB, ocasião em que lhe foram abertas as portas da administração, tanto para ele como para equipes e técnicos do PT, que quisessem acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos — na Prefeitura, até a data da posse.

"Não haverá dispensas do funcionalismo público atual" — acentua Gilson Menezes, acrescentando que os nomes que farão parte de sua administração ainda não foram escolhidos e dependem de muitas reuniões do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores.

"Pretendemos fazer uma administração caseira — ele ressalta — mas isso não impede que, na impossibilidade de serem escolhidos nomes de pessoas de Diadema, não façamos opções por nomes de fora ou mesmo por alguns que já fazem parte da atual administração".

Orçamento comprometido

Diadema é uma das cidades mais carentes da região do ABC. O orçamento previsto para 1983 (cerca de 7,6 bilhões de cruzeiros), já está com sua metade inteiramente comprometida apenas com o pagamento dos salários do funcionalismo público.

Segundo Gilson, os 450 milhões destinados a obras, para o próximo ano, são muito pouco.

"Pretendemos montar uma fábrica de pré-moldados, para fabricar guias e tubos. As indústrias e os próprios moradores se incumbirão de fazer os passeios públicos e, aí, teremos calçadas para os trabalhadores andarem, ao invés de ficarem no meio da pista, como acontece atualmente".

Na opinião de Gilson Menezes, que passa os dias visitando a Prefeitura, serralherias e pequenas fábricas do Município, no primeiro ano de sua gestão deverão ser feitos muitos estudos sobre a cidade e a sua administração.

"Mesmo com pouco dinheiro, poderemos fazer muitas coisas, ignoradas pelos prefeitos que até hoje passaram pela Prefeitura, mas que, no fundo, poderão melhorar substancialmente a vida da população de Diadema" — assegura o prefeito eleito pelo Partido dos Trabalhadores.

Mas o que ele veio fazer aqui?

P.2

Mato Grosso contra as calúnias

Assinada por Aparício Valeriano de Siqueira, presidente da Comissão Executiva Regional, o Partido dos Trabalhadores em Mato Grosso divulgou, no dia 23 de novembro, a seguinte nota oficial:

"O Partido dos Trabalhadores de Mato Grosso vem a público denunciar a campanha de difamações e mentiras assacadas contra o PT de Mato Grosso por certos grupelhos encobertos pelo anonimato e protegidos por suas íntimas relações com os patrões".

"Estes mercenários fizeram publicar em alguns jornais (Diario da Manhã, Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil, de 21/11/82), uma nota anônima disfarçada de notícia, dizendo que o "PT poderá implodir após as eleições, possivelmente no próximo mês", e que o PT teria sido financiado pelo PDS para disputar as eleições deste ano em Mato Grosso".

"A verdade é uma só: os poucos recursos do PT foram e continuam sendo originados da contribuição individual dos seus filiados, da promoção de festas, da venda de camisetas, broches e outros materiais de campanha. O PT não esconde e não tem porque esconder a fonte de seus recursos".

"O PT desafia a estes mercenários anônimos a saírem do anonimato, a dar dados concretos, a vir discutir abertamente a origem dos recursos do PT, assim como a origem dos recursos dos outros partidos".

"O PT continua e continuará, tanto em Mato Grosso como em todo o Brasil, porque a nossa luta vai muito além das eleições. O PT continuará organizando os trabalhadores do campo e das cidades para no futuro assumir não apenas o Governo, mas o Poder neste País".

"É isto que atemoriza os patrões e seus aliados".

"É por isto que eles tentam hoje esmagar o PT, como tentaram ontem impedir que o PT se organizasse no Mato Grosso".

"Não nos assusta o pequeno número de votos, ainda mais em eleições reconhecidamente viciadas, não apenas pela corrupção, abuso do poder econômico por parte dos partidos patronais, mas também pelas restrições à propaganda eleitoral, pelo voto vinculado, pela Lei de Segurança Nacional, e tantos outros cerceamentos, que prejudicaram principalmente o Partido dos Trabalhadores.

"Aos jornais que publicaram esta nota anônima camuflada de notícias, exigimos a publicação desta nota autêntica e assinada, conforme a Lei de Imprensa".

Editorial

O PT e o FMI

O significado da entrega do Brasil aos banqueiros

P. 2

Debate sobre a campanha

P.4

Olhando uma lua de cetim

P.7

Conclat já tem nova data

P.6

Posição política do PT

Última

Surgem novas greves

P.6

Renovação dos diretórios petistas

Última

Editorial

O PT e o FMI

O FMI — ou Fundo Monetário Internacional — é uma associação internacional de grandes bancos dos países capitalistas mais poderosos, sob o controle dos Estados Unidos. Por meio de vários mecanismos financeiros, o FMI faz aplicações diretas e indiretas de capitais, naturalmente favorecendo as grandes empresas multinacionais e prejudicando os países capitalistas mais atrasados, também chamados de países periféricos, países colonizados ou países do "Terceiro Mundo". Mas a principal atividade do FMI — e o seu lucro principal — consiste nos empréstimos feitos com juros altíssimos aos governos dos países endividados. E que são, é claro, exatamente os países que vivem na "periferia" do sistema capitalista, e onde a exploração das multinacionais é maior. Assim, o FMI é uma espécie de agência internacional de agiotagem, a serviço do imperialismo capitalista mundial, especialmente norte-americano.

O FMI fecha o círculo vicioso — ou o "anel de ferro" — do imperialismo capitalista mundial. Os países latino-americanos e africanos que foram colônia dos Estados Unidos e de outros países europeus de capitalismo avançado são hoje países pobres, exatamente por causa dessa dependência política e econômica. É nesses países que preferem instalar-se as grandes empresas capitalistas multinacionais, porque é neles que essas empresas podem obter maiores lucros: gozam de numerosas isenções de impostos e taxas, contam com matéria-prima barata, não precisam pagar direitos tecnológicos locais porque não os usam ou esses não existem, não sofrem quase nenhuma restrição na remessa de lucros para as matrizes, e, finalmente, ficam inteiramente à vontade para a maior exploração possível da mão-de-obra nativa.

Tudo isso acontece porque esses países pobres geralmente são governados por setores das classes dominantes que se aliam ao capitalismo multinacional, e mantêm regimes políticos autoritários destinados a impedir qualquer protesto mais eficaz das classes trabalhadoras superexploradas.

Ocorre, porém, que os governos dos países superexplorados, e que, além de autoritários, costumam ser corruptos, freqüentemente são obrigados a realizar despesas maiores que as receitas, seja para satisfazer a ganância de lucros da própria burguesia nacional, seja para atender a um mínimo de demanda das camadas médias urbanas e garantir um mínimo de respaldo popular.

Com isso, os Governos dos países periféricos se vêem obrigados a tomar empréstimos fora do País, ou permitir que os bancos e as empresas o façam. Esses empréstimos, a juros altíssimos, acumulam-se e podem chegar à casa dos milhões e bilhões de dólares.

O crescimento da dívida externa dos países periféricos pode chegar a tais extremos — como é o caso atual do Brasil — que os respectivos governos passam a procurar novos empréstimos para pagar os juros dos empréstimos primitivos. É nesse momento que os Governos recorrem ao Fundo Monetário Internacional — ou "vão ao Fundo", como também se diz. E, assim, se fecha o "anel de ferro" do imperialismo: para dar lucros às multinacionais, os países pobres fazem dívidas; e, para pagar as dívidas, fazem mais dívidas com os bancos internacionais, aumentando os lucros das multinacionais. E o FMI, de agência internacional de agiotagem, passa a exercer sua outra função: a de instrumento político do imperialismo, submetendo os países devedores aos seus desejos e aos seus caprichos.

É claro que "ir ao Fundo" não é a única opção que se coloca para os países pobres: se esses países forem governados democraticamente por representantes apoiados numa classe trabalhadora forte e organizada e em setores populares dinâmicos, podem romper o círculo de ferro, não pagando as dívidas antigas, não contrariando novas dívidas, nacionalizando os bancos e as empresas multinacionais, etc...

A opção que o Governo brasileiro acaba de fazer é a opção clássica dos regimes autoritários latino e centro-americanos: recorrer ao FMI, aumentando a dívida externa e a dependência econômica e política em relação ao imperialismo, e despejando sobre a população — e, principalmente, sobre a classe trabalhadora brasileira — o ônus dessa nova fase de superexploração a que o País vai ser submetido daqui para a frente.

Acontece, porém, que o Governo — especialmente o seu setor Executivo — já não detém mais com inteira exclusividade o poder político no Brasil. Agora já existem vários partidos políticos, alguns afirmando serem de oposição, que detêm alguns Governos estaduais e várias bancadas parlamentares. E existem vários setores populares com um mínimo de organização e consciência: alguns sindicatos de trabalhadores, algumas associações profissionais ou de bairros, alguns movimentos sociais articulados, etc. Ora tudo isso significa que já existe algum poder político — embora incipiente e frágil — que não está sob a hegemonia exclusiva do Poder central.

Portanto, já não se trata mais de apenas denunciar a irresponsabilidade e a traição dos governantes — especialmente dos ministros e tecnoburocratas da área econômica — nesse episódio da dívida externa e da entrega do Brasil ao FMI. Trata-se de fazer muito mais do que isso: é preciso interferir, ainda enquanto é tempo, no sentido de alterar os rumos das negociações entre o Governo brasileiro e o FMI, a fim de que os prejuízos maiores da transação — ou da "crise" — não recaiam sobre os trabalhadores e os setores populares.

E o primeiro passo para isso é romper a cortina de silêncio e segredo que envolve as negociações e negociatas implícitas na "ida do Brasil ao FMI". É preciso que a sociedade brasileira saiba, com exatidão e clareza, o que levou a esse extremo, quais as imposições do FMI ao País, quais as outras alternativas possíveis e viáveis.

É nesse sentido que o Partido dos Trabalhadores, por meio de seu presidente nacional, acaba de formular um convite oficial e formal aos presidentes dos outros partidos políticos para que, conjuntamente, seja convocado, extraordinária e imediatamente, o Congresso Nacional, a fim de debater e esclarecer o que está realmente significando, na prática, a entrega do Brasil ao Fundo Monetário Internacional.

Dê presentes petistas de Natal aos seus amigos

Uma assinatura de apoio do Jornal dos Trabalhadores

☐ **Cr$ 5.000,00 (*apoio*, 24 números)**

Nome .....

Profissão .....

Endereço (rua, número) .....

.....

☐☐☐☐☐ ....

cep Cidade Estado

Internacional

O que Reagan veio fazer

Veio fiscalizar a aplicação dos capitais norte-americanos

A visita do presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, à América Latina, no começo de dezembro, vista de forma mais ampla, fez parte do esforço que os norte-americanos estão realizando para recompor suas relações com os países latino-americanos.

Essas relações sofreram um grande abalo no primeiro semestre, quando os Estados Unidos apoiaram a Inglaterra na guerra das Malvinas, contra o ponto de vista de todos os países da América Latina.

Reagan visitou quatro países: Brasil, Colômbia, Costa Rica e Honduras. Na Costa Rica, ele teve um encontro com o presidente de El Salvador. E, em Honduras, conversou também com o presidente da Guatemala. Em outras palavras, durante a viagem Reagan entrou em contato com os países que são hoje, por motivos diversos, os mais importantes para os Estados Unidos na América Latina.

Falência

Em cada etapa, a viagem teve características especiais. Mas tudo indica que a etapa mais importante foi a visita ao Brasil. A situação brasileira, principalmente a da economia, parece ter até determinado a realização e a data da viagem de Reagan a América Latina. Ele queria a reaproximação e precisava manifestar boa vontade. Nada melhor então do que um momento em que o Brasil, o maior país latino-americano, encontra-se à beira da falência, recorrendo ao Fundo Monetário Internacional (FMI). É nessa hora que chega Reagan, trazendo no bolso um cheque de 1 bilhão e 230 milhões de dólares — um empréstimo por noventa dias enquanto não chega o dinheiro do FMI — e manifestando confiança na seriedade administrativa do Governo brasileiro, para que ele consiga outros empréstimos sem as dificuldades que tem enfrentado nos últimos tempos.

A salvação

Esse gesto de Reagan tem muitas implicações que vão além do mero esforço de reaproximação dos Estados Unidos com a América Latina. Seguindo o exemplo do México e da Argentina, o Brasil é o terceiro grande país latino-americano que recorre ao FMI de setembro para cá.

Ora, falências como essas não são problemas locais. É todo o sistema econômico do Ocidente que está mergulhado numa crise gravíssima. E foi como principal líder político do mundo capitalista que Ronald Reagan visitou o Brasil. O tema principal de seus discursos foi sempre a situação econômica. E um de seus recados mais importantes, dado quando ele discursou no banquete do Itamarati e repetido quando falou aos empresários em São Paulo, é que "credores e devedores devem lembrar-se de que cada um tem um enorme interesse no sucesso do outro".

O significado dessas palavras é simples: Reagan não quer que o Brasil afunde porque, se isso acontecer, os Estados Unidos correm o risco de afundar atrás. Aliás, é por isso que houve o empréstimo de 1 bilhão e 230.

O dinheiro foi distribuído entre bancos dos Estados Unidos, aos quais o Brasil devia e para os quais estava com dificuldade de pagar. O empréstimo foi dado para salvar esses bancos norte-americanos.

Política externa

Outra implicação da visita de Reagan é a conseqüência que ela pode ter sobre o futuro da política externa do Brasil. O presidente Figueiredo e outros membros do Governo procuraram ressaltar, o tempo todo, que o Brasil não vai ter que pagar a Reagan com a volta do "o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil" (frase de Juracy Magalhães, que foi ministro do Exterior do governo do marechal Castelo Branco, primeiro presidente depois do golpe de 1964).

No discurso do banquete do Itamarati, Figueiredo chegou mesmo a condenar "ingerências ou pressões externas" na América Central, numa alusão clara à política de Reagan na região.

Quanto ao presidente dos Estados Unidos, em várias de suas manifestações ele deixou claro que está consciente da existência de divergências. Mas sempre fez questão de ressaltar que os acordos são mais amplos do que elas. Na realidade, há claras indicações de que o resultado da visita tende a ser um maior entrosamento entre os Estados Unidos e o Brasil. E nesse processo de entrosamento, é óbvio que os norte-americanos é que estão na posição de força. Agora, saber o que e até que ponto o Governo brasileiro vai ceder da política externa mais autônoma, que veio adotando nos últimos oito anos, é uma coisa que só o tempo vai revelar.

Contra a Ditadura

No Uruguai e na Argentina

Em Montevidéu, capital do Uruguai, o povo saiu às ruas e dançou e cantou, assim que foram conhecidos os resultados das eleições intrapartidárias realizadas durante o dia: os oposicionistas à ditadura militar do general Alvarez obtiveram maioria e elegeram os dirigentes dos três partidos políticos permitidos: o Blanco, o Colorado e a União Cívica. O comparecimento a essas eleições dentro dos partidos (o voto não foi obrigatório) chegou a 60%. Houve 7% de votos em branco, atribuídos aos militantes dos partidos de esquerda, que não são permitidos no Uruguai.

Os convencionais de cada partido deverão, agora, eleger Comitês Executivos, que deverão negociar com os militares o processo de democratização do País. Fala-se, também, em uma frente dos três partidos de oposição.

Protesto — Trinta mil funcionários públicos fizeram manifestação de protesto contra o novo primeiro-ministro do Japão, Yasuhiro Nakasone. A manifestação foi organizada pela Sohyo, a maior federação sindical japonesa (com 4,5 milhões de membros) e pelo Partido Socialista, o maior de oposição. As duas entidades acusam Nakasone de reacionário e de antipopular. Também o acusam de tentar encobrir o escândalo da Lockheed, multinacional da aviação, que, há alguns anos, aplicou dois milhões de dólares em subornos a governantes japoneses.

Salários — Na Itália vigora um sistema de reajuste salarial automático: toda vez que sobe o custo de vida, sobem os salários. O novo primeiro-ministro, Amintore Fanfani, ameaçou modificar essa lei, e as três maiores centrais sindicais italianas (comunistas, socialistas e democrata-cristãos) ameaçaram fazer greve geral.

Como advertência, no dia 24 de novembro, oito milhões de operários fizeram greve de quatro horas.

Estivadores — Todos os portos franceses pararam durante vinte e quatro horas, no final de novembro.

A greve foi organizada pela central sindical CGT (comunista), por aumento de salários. A maioria dos estivadores e portuários franceses está filiada a essa central sindical.

Eleições — A decisão do presidente argentino Reynaldo Bignone, de adiar para fins de 83 as eleições gerais, provocou vários protestos das duas principais centrais sindicais, a CGT da rua Brasil e a CGT da rua Azopardo. Ambas realizaram manifestações, passeatas e greves juntamente com a Frente Multipartidária de oposição.

Cruz — Os bispos poloneses estão procurando convencer os trabalhadores a resignarem-se ao fato de que não existe mais a central sindical Solidariedade. "É uma cruz que o povo polonês terá de carregar", declararam.

Enquanto isso, o Governo polonês, após libertar Lech Walesa e depois novamente prendê-lo e o libertar outra vez, continua libertando centenas de presos políticos, e fazendo novos. O jornal do Partido Comunista polonês, "Tribuna Ludu", advertiu que a lei marcial, que foi suspensa, poderá ser novamente restabelecida, se houver "distúrbios por parte dos trabalhadores".

Aos Leitores

O* Jornal dos Trabalhadores *está implantando um sistema computadorizado de controle e endereçamento de assinaturas, com o objetivo de evitar atrasos que eventualmente ocorram no envio de exemplares para os assinantes, bem como outras falhas nas remessas postais.

Como, todavia, algumas dessas falhas podem ainda subsistir, pedimos encarecidamente a todos os assinantes com alguma reclamação a fazer que escrevam diretamente para* Jornal dos Trabalhadores *— Assinaturas — rua Andréa Paulinetti, 558, CEP 04707, São Paulo, SP.

Para elucidação completa e rápida do engano registrado, é indispensável a comunicação de nome e endereço completos do reclamante, bem como xerox do comprovante de assinatura, ou, na sua falta, indicação de número e data do comprovante.

O* Jornal dos Trabalhadores *espera que, em breve, sejam completamente sanadas todas as falhas nas remessas de exemplares aos assinantes, graças às novas medidas adotadas. E aproveita a oportunidade para fazer um apelo a todos e a cada um dos leitores para que colaborem com o jornal oficial nacional do PT, engajando-se na sua campanha de assinaturas, e conseguindo, mensalmente, pelo menos mais um assinante.

JORNAL DOS Trabalhadores

Órgão oficial do Partido dos Trabalhadores — PT • Nacional • Quinzenário • Reg. 055615/82, Publicação da Universal S/C Ltda. (CGC: 47.826.904/0001 (34). Redação e Administração — Rua Andréa Paulinetti, 558, CEP 04707 - São Paulo - SP - Brasil - Tel.: 531-0618.

Editor responsável: Perseu Abramo (reg. prof. 5436, mat. sind. 1085). Administração: Francisco Rodrigues Martins, Departamento Jurídico: Luiz Eduardo Greenhalgh. Composição, Fotolito e Impressão: Rua Arthur de Azevedo, 1977 - Fones: 212-5061 e 814-4046.

Salários dos trabalhadores ameaçados pelo empresariado

O Governo federal prepara-se para modificar a política salarial atual, em prejuízo dos trabalhadores. A que hoje existe é ruim, mas vai ficar pior.

Como sempre acontece nessas ocasiões, a mudança está sendo precedida de uma verdadeira guerra confusa de informações, boatos, desmentidos, confirmações, declarações anônimas, etc. É assim que o Governo faz quando prepara o terreno para baixar qualquer ato em prejuízo do povo. É uma forma de confundir e anestesiar as pessoas e amortecer as possíveis reações. Quando, afinal, vier o pacote, muitas pessoas tenderão a achar até natural.

A atual

A atual política salarial começou depois das greves de 79 e 80, e foi planejada para diminuir o número de greves que já se alastrava pelo País. Ela se compõe de duas partes: o **reajuste** e o **aumento.**

O reajuste é semestral. Para os que ganham até três salários mínimos, o reajuste é calculado acrescentando-se 10% sobre o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Para quem ganha mais de três mínimos, a porcentagem sobre o INPC vai decrescendo até chegar a zero, ou seja, salários altos ganham uma porcentagem mínima sobre o INPC ou não são reajustados, a não ser por acordos individuais com os patrões.

A parte que é considerada "aumento" é calculada com base no índice de produtividade, isto é, na capacidade de produzir dos trabalhadores. O Governo jamais conseguiu conceituar, com precisão o que é a produtividade, e muito menos calcular esse índice, nem para cada empresa em particular, nem como média da economia nacional. Por essa razão é que, em cada negociação coletiva, ou em cada dissídio trabalhista, a questão mais polêmica é a da produtividade.

O Governo e os patrões, naturalmente, dizem que esse índice é baixíssimo (em volta de 2 a 4%). Como os sindicatos de trabalhadores não têm qualquer acesso aos livros das empresas, e como o reajuste jamais cobre o aumento do custo de vida, tendem a reivindicar altos índices de produtividade (em torno de 20% ou mais).

Quando, no decorrer de uma negociação salarial, os trabalhadores conseguem fazer pressão com a greve ou a ameaça de greve, às vezes conseguem índices de 6 ou 7%.

Quando a questão entra em dissídio e é resolvida na Justiça do Trabalho, os juízes geralmente concedem 3 ou 4%. Quando não há nenhum tipo de pressão e o acordo é feito sem o recurso à greve ou ao dissídio, os patrões não dão mais do que 1 ou 2%, quando dão.

Em síntese: o que os trabalhadores têm, atualmente, é um reajuste semestral sempre mais baixo que o aumento do custo de vida e da inflação o que significa que esse reajuste é apenas uma insuficiente revalorização nominal (monetária) do salário. E o aumento (o ganho a mais) é nulo ou mínimo, e vai depender da correlação de forças em cada categoria, em cada sindicato, em cada momento e em cada lugar.

Os trabalhadores

Algumas entidades sindicais estão procurando resistir ao novo arrocho salarial. Para grande parte, a forma de resistir limita-se, exclusivamente, a protestar contra qualquer mudança na atual política; e, nessa linha, alguns dirigentes sindicais pelegos falam, até, em defender a permanência do atual ministro do Trabalho, Murilo Macelo, como garantia de que a atual política não se modifique.

Mas as entidades sindicais mais combativas decidiram contra-atacar, como a melhor forma de defesa. E reivindicam: passagem do reajuste semestral para trimestral (alguns dirigentes chegam a pedir reajuste automático, a qualquer momento em que aumente o custo de vida); reajuste com base de 10% sobre o INPC para os que ganham até três mínimos e nenhum reajuste abaixo do INPC; e negociação direta entre empregados e patrões para o aumento baseado no índice de produtividade, calculado em média em torno de 10%.

Os patrões

Mas os patrões e o Governo vão fazer de tudo para modificar a política salarial. A dificuldade que estão encontrando é a de elaborar uma nova política que contente a todos os setores do empresariado.

Os banqueiros, que vivem de juros e crediários, e os fabricantes de mercadorias de altíssimo valor (automóveis, eletrodomésticos sofisticados, imobiliárias, serviços de luxo, etc.), queixam-se do achatamento salarial, isto é, do fato de que os altos salários não têm reajuste automático. Com o achatamento, dizem, diminuiu consideravelmente o consumo desses produtos, e isso os impede de realizarem, no momento da comercialização, o lucro obtido no momento da produção.

As grandes empresas, de modo geral, são contrárias aos aumentos baseados no índice de produtividade, porque isso lhes diminui o capital de giro com que fazem especulações financeiras; pela mesma razão, são contra o período semestral para o reajuste. Mas não se sentem prejudicadas com os reajustes para as faixas menores de salários, por duas razões: 1) — porque repassam os custos adicionais para os preços das mercadorias, fazendo os próprios trabalhadores pagarem seu reajuste; 2) — porque aplicam a rotatividade de mão-de-obra, demitindo os empregados já existentes e contratando novos pelo piso salarial ou por salários mais baixos.

As médias e pequenas empresas são contrárias aos reajustes salariais e aos aumentos salariais, porque têm mais dificuldade em repassar os custos para os preços e também em aplicar a rotatividade.

FMI e Reagan

As dificuldades para encontrar um consenso entre os setores do empresariado, e entre esses e o Governo, é que vem retardando, até agora, as mudanças da lei salarial. Também pesou, nesse atraso, a recente campanha eleitoral, quando poderia ser inconveniente para o PDS, partido do Governo, baixar um novo pacote de arrocho salarial.

A situação foi salva, tanto para o Governo brasileiro quanto para os patrões, com a chegada ao Brasil do presidente norte-americano, Reagan, e da missão do Fundo Monetário Internacional (FMI). Essas duas missões trouxeram para o Brasil empréstimos em dólares, ou, pelo menos, a promessa de empréstimos, com os quais o Governo brasileiro pretende manter, renegociando, a sua enorme dívida externa.

Como essa salvação funcionou?

Em primeiro lugar, o Governo e os patrões conseguiram, através da imprensa burguesa, passar para a opinião pública a impressão de que era o FMI que exigia o arrocho salarial, como condição para conceder o empréstimo. Segundo, pelos mesmos meios, tentaram passar para a opinião pública a idéia de que o Governo não quer abaixar os salários, e se eles acabarem sendo abaixados, a culpa é dos outros, isto é, dos bancos estrangeiros, dos norte-americanos, da crise do petróleo, etc., e etc., e até do imperialismo, porque, nessas horas, o Governo e os patrões não têm escrúpulos em usar a argumentação das oposições, para defender os próprios interesses. A verdade é que, até o momento, não está provado que o FMI tenha exigido do Brasil o arrocho salarial.

De certa forma, patrões e Governo vêm conseguindo um certo êxito na criação do clima propício para o novo arrocho salarial, graças ao fato de que os trabalhadores e os meios sindicais continuam bastante desmobilizados, e de que a maioria dos partidos políticos representa mais os interesses das classes dominantes do que os interesses populares.

Assim, brevemente o Governo poderá baixar decretos e leis que modifiquem alguns desses pontos: **periodicidade** (aumentando para um ano ou nove meses o intervalo entre os reajustes); **porcentagem** (colocando, como limite superior, o INPC e não o INPC mais 10%, ou, ainda, manipulando os dados estatísticos para fazer o INPC aparecer menor do que o custo de vida é na realidade; **aumento** (acabando com o aumento baseado na produtividade, ou estabelecendo um índice baixíssimo — um por cento, por exemplo — como base para o cálculo).

A grande maioria dos trabalhadores brasileiros não vai ter como resistir ao novo arrocho. Mas os setores mais combativos e os dirigentes sindicais mais autênticos poderão reagir, de alguma forma, pelo menos para não deixar barato, para Governo e patrões, o novo pacote.

Palanque

Chagas

A assessoria do candidato petista ao Governo do Rio, Lysâneas Maciel, revelou que os desvios na arrecadação do ICM no Estado somam a mais de setenta bilhões de cruzeiros. Lysâneas chamou o fenômeno de "paradoxo de Chagas": enquanto a economia no Estado cresce na ordem de 4% ao ano, a arrecadação diminui por causa dos favores e das regalias para os empresários, concedidos pelo governador Chagas Freitas.

Reciprocidade

"É a reciprocidade", assim o presidente do PDS, senador José Sarney, comentou a presença de próceres peemedebistas na recepção ao presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan. Ao encontro compareceram Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, Tancredo Neves e Franco Montoro, respectivamente governadores eleitos pelo PMDB para os Estados de Minas e São Paulo.

Dias antes, ao Palácio do Planalto haviam comparecido aos cumprimentos de fim de ano ao general Figueiredo os deputados federais peemedebistas Carlos Wilson e Paes de Andrade.

Chefe é chefe

Publicado no "Estadão", 30 de novembro, p. 6: "O porta-voz do Itamarati, ministro Bernardo Pericás, não confirmou nem desmentiu, mas influentes parlamentares do PDS e dirigentes do Congresso Nacional davam ontem à noite como definida a exoneração do chefe do Cerimonial do Planalto, embaixador João Augusto de Medicis. Segundo os políticos, a decisão foi do próprio presidente Figueiredo, após ouvir os órgãos de informação, que lhe transmitiram impressões negativas do Departamento de Estado norte-americano sobre o diplomata."

Prefeitos

Com a ajuda do PDS, na figura de três senadores (Martins Filho, do Rio Grande do Norte, Vicente Vuolo, do Mato Grosso e Amaral Furlan, de São Paulo), o PMDB voltou a apresentar, dia 29 de novembro, a emenda constitucional que restabelece eleições diretas de prefeitos das capitais.

A emenda, contudo, somente será examinada no próximo ano.

Enquanto isso, em São Paulo, o PMDB continua criando dificuldades para a escolha do prefeito paulistano. Vários próceres peemedebistas já descartaram a possibilidade de o Governo fazer uma consulta popular e democrática para escolha do nome, e com isso prestaram dois favores: um, ao governador eleito, poupando-lhe o desgaste político de afastar a hipótese da consulta popular, e, outro, a si mesmos, abrindo caminho para que o escolhido seja um deles. Fontes internas do PMDB, mas fidedignas, revelam que já há catorze candidatos ao prêmio, sendo que somente quatro deles têm alguma chance de estar na reta final para que um seja o eleito de Montoro.

Tautologia

O "Estadão" publicou matéria dizendo que os resultados eleitorais finais mostraram o acerto das pesquisas eleitorais.

Mas esqueceu-se de dizer que os resultados eleitorais foram influenciados pelas pesquisas eleitorais e, principalmente, pela manipulação da divulgação e da publicação dos dados das pesquisas, feita, à farta, por toda a grande escrita, radiofônica e televisionada...

Em todas

Os srs. Arnaldo Gonçalves e Raimundo Rosas, destacados membros da antiga "Unidade Sindical", apoiada pela "Voz da Unidade", encontraram uma fórmula infalível para estar dentro da questionada Comissão Nacional Pró-CUT: conseguiram encaixar-se na chapa eleita pelo III Enclat paulista, no dia 21 de novembro; mas, no dia anterior, tinham encontrado um jeito para também integrarem a chapa indicada por Federações e por pelegos, numa reunião destinada a invalidar o III Enclat. Quer dizer: se a CNPC reconhecesse a chapa do III Enclat, eles estariam dentro; se a CNPC rejeitasse a chapa do Enclat e reconhecesse a chapa dos pelegos, eles também estariam dentro.

Isso sim é que é competência para fazer política ... burguesa.

Os protestos contra as prisões em massa

A polícia do regime dissolveu, no dia 13 de dezembro, uma reunião nacional de dirigentes, filiados e simpatizantes do Partido Comunista Brasileiro, que se realizava em São Paulo, na sede do jornal "Voz da Unidade".

A polícia civil e militar invadiu o recinto e prendeu todos os 80 participantes, levando-os à sede da Polícia Federal, onde os interrogou. Após isso, eles foram liberados — alguns no mesmo dia e outros nos dias seguintes — mas a polícia advertiu que os convocaria novamente para prestarem depoimentos, e ameaçou aplicar a Lei de Segurança Nacional em vários dirigentes.

O Governo acusa os participantes da reunião de estarem realizando o sétimo Congresso do PCB, mas os principais dirigentes afirmam que realizavam um seminário de discussão política sobre problemas nacionais.

Protestos

Divulgada a notícia da prisão em massa, numerosos líderes políticos e populares dirigiram-se à sede da Polícia Federal em São Paulo para protestar contra a arbitrariedade. Entre os presentes, Lula e vários parlamentares e dirigentes do Partido dos Trabalhadores. Na mesma noite, num auditório da PUC de São Paulo, realizou-se um ato de desagravo aos presos e protesto contra as autoridades, ao qual também estiveram presentes políticos, parlamentares e sindicalistas de vários partidos.

O Partido dos Trabalhadores divulgou nota oficial de protesto contra a prisão, denunciando o caracter falso da propalada abertura do regime, atacando a Lei de Segurança Nacional e exigindo liberdade de organização e expressão partidária para todas as correntes políticas.

As diferenças entre os vencimentos de funcionários militares e civís

Nilo Sérgio Gomes

RIO — A desigualdade da política salarial concedida aos militares, em relação à dos civis, é cada vez maior, acarretando crescentes prejuízos aos milhares de trabalhadores brasileiros. Este ano, a correção salarial média de um general-de-exército deverá alcançar os 137%, enquanto a dos civis ficará perto dos 96%. Mesmo a Constituição baixada pela Junta Militar, em 1969, se refere à "igualdade de todos os cidadãos perante a lei", que sucessivos decretos presidenciais nos últimos dez anos vêm pondo por terra.

No estudo "Servidores civis pleiteiam política salarial igual à concedida aos militares e aos trabalhadores", recentemente divulgado, um grupo de militares e civis comparam os índices de correção salarial dos dois setores, nos últimos cinco anos. O estudo aponta a Lei n.º 5.787, de 27.6.72, como o marco da nova política salarial para o funcionalismo público, que "passou a diferenciar o tratamento para os oficiais das Forças Armadas". A princípio, a discriminação "foi aplicada timidamente". "Agora, apresenta um distanciamento que é o maior da história" — diz o documento.

Sempre que a inflação corroía os salários, periodicamente, vinham reajustamentos gerais em percentual único, fazendo com que todos participassem de iguais sacrifícios e reparações. Divulgada a lei, em 1972, protestos foram abafados entre os militares que não concordavam com a "discriminação que os distanciava do povo". Através da lei foi instituído "artifício que permite ocultar do público os reais proventos dos militares".

Foi estabelecido o soldo básico de almirante, que aumenta ao mesmo tempo que os vencimentos do funcionalismo civil. Sobre este soldo básico recai o escalonamento salarial, de cima para baixo, dos oficiais das três armas. Sobre esse escalonamento são aplicados percentuais de **gratificação** e **indenização.** Em 1980, através do Decreto nº 85.450, do presidente da República, as indenizações foram isentas do Imposto de Renda.

Era a chave de toda a trama discriminatória. Os protestos, desta vez, se estenderam até aos juízes trabalhistas. As **gratificações** militares foram sendo transformadas em **indenizações** — isentas do IR, contra o qual protestou recentemente o general Figueiredo, apesar de ele mesmo ter assinado diversos decretos-leis e decretos beneficiando mais os militares que os civis.

Ironia ou não, pouco importa. O fato é que a teia de decretos é tão intrincada, que muitos dos próprios militares só sabem quanto ganham ao verificarem o escrito em seus contra-cheques de pagamento.

Discriminação

Segundo o documento, a discriminação salarial entre civis e militares "acentuou-se a partir de 1979, quando o Governo ostensivamente aumentou sua preocupação em resguardar as Forças Armadas dos males da inflação". Enquanto para os funcionários civis a remuneração permaneceu abaixo dos índices de desvalorização do cruzeiro, para os militares foi superior.

Em 1979, o soldo base de um general-de-exército era Cr$ 30.390,00 o de um coronel Cr$ 19.677,00, sendo o soldo médio (acrescido das gratificações e indenizações) aproximadamente o triplo. No ano seguinte, enquanto os civis obtiveram reajuste de 56%, os militares já iniciaram o ano (por decreto) com um reajuste de 12%, elevando o percentual global para 75%, sobre os vencimentos do ano anterior. Em agosto, dois novos decretos aumentavam ainda mais a discriminação.

Em 1981, o absurdo foi maior, bem como a inflação do País. Desde dezembro anterior, o soldo de almirante estava fixado em Cr$ 49.995,00, ou seja, um aumento prévio de 12,8%. Mesmo assim, em janeiro, o percentual de reajuste dos militares foi de 52,28%, em vez dos 40% dados aos civis. Até o final do ano esses reajustes somaram 105,578%, sobre os vencimentos de 80.

Enquanto isso, os reajustes de um cidadão civil, apenas aparentemente, somavam um acréscimo de 96%. A inflação galopante do início do ano (janeiro a março, quando foram liberadas as parcelas — 50% cada — do reajuste do ano) comeu uma boa parte desse dinheiro, que não foi beneficiado por qualquer bonificação. De qualquer modo, qual tenha sido o valor real do reajuste dos civis, foi bastante inferior aos índices da inflação, que em 1981 ficou em torno dos 108%, como todos lembram.

Educação continua ainda sob a marca autoritária

Mais uma vez repete-se a mágica de converter em liberal quem usufruiu dos tempos da repressão, bem refestelado ao lado do poder. Ainda há pouco, Leitão de Abreu voltou ao centro de poder travestido de democrata e de anjo bom dos tempos tenebrosos da era Médici.

Agora, é Ester de Figueiredo Ferraz, saudada como exemplo de abertura na área da Educação. Nada mais falso.

No início de 68, durante as históricas manifestações estudantis, dona Ester era reitora da Universidade Mackenzie, conhecido reduto da extrema direita e onde vicejou o famigerado Comando de Caça aos Comunistas, o CCC.

Ataque

E os alunos da Mackenzie, que mantinham histórica rivalidade com os alunos da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, aproveitaram os tempos de repressão e arrebentaram o prédio da Filosofia. Na famosa "guerra da rua Maria Antônia" (onde estavam localizadas as duas escolas, Mackenzie e Filosofia), os mackenzistas, mais numerosos — afinal, era uma universidade contra uma faculdade —, venceram, se bem que munidos de revólveres, espingardas e bombas de gás lacrimogêneo (privativas de órgãos policiais). Tudo com a complacência de dona Ester, reitora da Mackenzie e também professora da USP (Faculdade de Direito).

Em 73-74, em pleno Governo Médici, dona Ester foi secretária da Educação do Estado de São Paulo. E, tal como seus superiores hierárquicos (Médici em Brasília e Laudo Natel no Governo do Estado), ela deu sobejas demonstrações de autoritarismo. Nem mesmo a direção das entidades dos professores, todas então nas mãos de notórios pelegos, tinham vez com ela. As entrevistas e pedidos de audiência eram respondidos com evasivos "press-releases", para que só a versão oficial prevalecesse. O Estatuto do Magistério paulista foi elaborado sem qualquer participação dos maiores interessados — os professores.

No Conselho Federal de Educação, foi autora do conhecido parecer a favor do ensino pago nas universidades públicas. E, ao tomar posse no MEC, já avisou que não quer papo com o pessoal da UNE. Enfim: dona Ester continua a mesma.

J. Maria

"Erros devem ser corrigidos"

Em mesa-redonda sobre a campanha do PT, as avaliações e as análises

Logo após o 15 de novembro, o Jornal dos Trabalhadores *realizou, em sua Redação, uma mesa-redonda entre quatro companheiros, para avaliarem a campanha e os resultados eleitorais do Partido dos Trabalhadores.*

Participaram dessa mesa-redonda os petistas José Dirceu, membro do Comitê Eleitoral Unificado regional de São Paulo; Reginaldo Prandi, sociólogo e pesquisador; Roberto Braga, especialista em publicidade; e Eduardo Jorge, médico sanitarista eleito deputado estadual pela Zona Leste de São Paulo.

Publicamos, nesta edição, a primeira parte do resumo dos debates, e que se refere a duas perguntas — sobre a avaliação geral da campanha e sobre o papel das pesquisas eleitorais nos resultados.

Aspecto da mesa-redonda, na Redação do Jornal dos Trabalhadores. (Foto: Renata Falzoni)

"E como fazer uma real unificação?"

Pergunta: Qual é a sua avaliação geral sobre a campanha eleitoral do PT em todo o País? Quais foram os ganhos e as perdas, os avanços e os recuos? A seu ver qual foi a principal falha da campanha e o mérito principal?

Reginaldo: Não temos ainda muitos elementos para traçar um quadro geral, principalmente sobre todo o País. Sobre São Paulo, já é possível fazer uma avaliação. Mas só vamos poder chegar a um resultado mais preciso quando se puder ter acesso ao conhecimento da votação do PT nos diferentes bairros e distritos da capital e nas diferentes regiões do Estado. A gente sabe que o PT, em muitos bairros e muitas regiões, não é simplesmente um quarto colocado, como os resultados gerais mostram. E muito menos é um partido de estudantes, crianças e políticos imberbes, como quer mostrar a grande parte da dita grande imprensa. Em bairros habitados por uma fração muito importante da classe trabalhadora, o PT não é simplesmente o quarto colocado: o PT aparece como segundo colocado, ou seja, ele é a segunda força. É uma força organizada, não é apenas a soma de votos, mas expressa um conjunto da população que se organiza, que se mobiliza, que está presente. O mérito principal da campanha do PT foi justamente mostrar o partido. E quando o partido se mostrou carrancudo e feio, na verdade o PT mostrou o seu lado que não se pode esconder. Aquilo que poderia aparecer como a caracterísitca mais pesada do PT, apareceu na campanha. E se isso trouxe algum prejuizo em termos eleitorais, eu acho que ele trouxe um avanço muito grande: o Partido se mostrou tal como ele é, ou tal como está organizado no momento. Em nenhuma situação o partido vendeu uma imagem falsa dos seus aspectos ou das condições de trabalho dos seus membros e dos seus candidatos. O que se pode fazer a partir de agora é retrabalhar essa imagem no sentido de saber o que é essa imagem do partido, de tal modo que a gente possa mesmo avaliar até que ponto a questão do preconceito é uma questão a ser enfrentada pelo Partido dos Trabalhadores.

Roberto: Para mim, houve dois tipos de campanha: houve uma campanha política em que o partido procurou se organizar, procurou trabalhar junto com seus militantes e, com os eleitores, e isso foi um avanço bastante grande, inegável; e houve uma imagem.

Na análise da campanha publicitária, as opiniões veiculadas no rádio, na televisão e nos jornais, são bastante diversas. Eu gostaria de registrar dois tipos de opiniões: opiniões de quem está procurando analisar o PT dentro do que ele é e opiniões de pessoas que estão querendo combater o PT; essas vão procurar arranjar argumentos para procurar reduzir a expressão do PT a zero, para que ele venha a se diluir. Essa dupla visão de opiniões está ligada também à própria campanha publicitária. Na política tradicional, política que se conheceu pelo menos nos últimos dezoito anos, a imagem do candidato não tem nada a ver com as propostas políticas do partido. Para mim, é uma visão mercadológica de uma campanha eleitoral, que é uma campanha de mercado, é uma campanha de imagem. Os especialistas em "marketing" político que assessoram os candidatos de outros partidos consideram o eleitor como um consumidor insatisfeito e o candidato como uma mercadoria a ser vendida. Então, as pesquisas têm que avaliar o que os consumidores querem, quais são as demandas dos votantes, e, a partir daí, lançar uma imagem que seja comprável. O eleitor fica satisfeito, porque votou certo, votou bem, comprou bom produto; é evidente que não tem garantia de qualidade e nada disso, mas o candidato acaba se elegendo. Dentro dessa visão mercadológica, o candidato tem que ser apresentado de uma determinada maneira.

Quando se analisa a campanha do PT com essa visão mercadológica vai se chegar a conclusão de que nós oferecemos um produto que não é do agrado da população. É uma opinião explicável: "— Olha, o povo não quer um ex-detento, um ex-cassado. O povo reage, é conservador".

É evidente que há esse lado conservador da sociedade, mas afirmar que a campanha publicitária do PT apresentou um produto que o povo não queria, é o mesmo que dizer que o povo não sabe votar porque não escolheu o político autêntico. Enfim me parece que essa visão mercadológica é insuficiente para se analisar o resultado das eleições. Já escutei pessoas achando que o PT fez um erro de marketing político, que ele deveria veicular uma imagem melhor.

Eu realmente sou completamente contra qualquer análise, qualquer saída através do "marketing". A estrelinha do PT tinha uma mensagem, tinha uma força extraordinária, mas é insuficiente, porque isso é somente mercado, é somente imagem, ela não consegue trabalhar políticamente o que significa tudo isso. Pela televisão, ela atinge o interior todo, todos os Estados com uma mensagem. Para nós, a Lei Falcão trouxe prejuízos: as pessoas viam a estrelinha e depois todo mundo de cara parada, ex-detento, ex-isso, ex-aquilo. Enfim, curriculos que não querem dizer nada mas não é por causa desses currículos que os candidatos foram lançados, evidentemente. A imagem publicitária que foi veiculada não teve nenhum respaldo de um trabalho político por tráz, para explicar porque essas pessoas estavam se candidanto, porque estávamos lançando um operário para governador. Onde não foi possível fazer um trabalho político a campanha publicitária foi prejudicial, porque dava argumentos para ser usado contra a proposta do PT, contra o partido. Para muita gente, o pouco que conhece do PT é aquilo que foi visto na televisão e escuta argumentos: "olha, o Lula não tem competência, o Lula não sabe governar, o Lula tem uma casa no Morumbi".

E isto aí acaba sendo levado em consideração porque uma das condições da publicidade é legitimar a imagem.

Mas eu acredito que trazer essa visão mercadológica é justamente fugir do problema político. Se a gente cai nesse tipo de argumentação mercadológica, nós não estamos inovando, nós estamos reproduzindo justamente a política que existia antes.

Eduardo: Ainda não temos uma idéia mais concreta da situação nos outros Estados. Mesmo em relação a São paulo, lá na região em que a gente trabalhou, nós mesmos estamos começando essa avaliação agora. Vou adiantar algumas posições discutidas com alguns grupos.

Primeiro, acho que o grande mérito da campanha foi confirmar a proposta do Partido dos Trabalhadores, que só com a organização da classe trabalhadora é que a gente vai conseguir mudar essa situação. Não vai ser com pura agitação, com propaganda, com "marketing", com televisão que a gente vai conseguir alguma alteração na sociedade. Somente com aquela proposta original da gente, que é organizar os trabalhadores no movimento sindical, no movimento popular e em partidos políticos, independentes, da classe trabalhadora, é que a gente vai ter condição de realmente fazer mudanças de peso nesse País. A eleição confirmou inteiramente isso. Vai ser importante a gente analisar os mapas para ver não só onde a gente teve votação mas, ver que isso vai confirmar que, nos locais onde havia algum trabalho do PT já organizado, minimamente enraizado, aí a classe trabalhadora foi bem nas eleições. O principal mérito da campanha é a gente ver confirmada essa proposta, que só com a organização da classe trabalhadora no movimento sindical, no movimento popular autonômo e em partidos políticos independentes, da sua classe, é que a gente vai ter condições de fazer alterações de peso na sociedade brasileira. Hoje a gente ouve algumas críticas de pessoas que acharam que houve radi calização, que poderia ter sido feito um "marketing" diferente. Acho que essas pessoas, dentro e fóra do PT, tinham ainda a ilusão de que poderiam arrastar setores amplos da classe trabalhadora sem fazer um trabalho de organização lento nesses setores; por isso, ficam decepcionados e fazerm críticas até derrotistas em relação ao Partido.

Não é essa a situação do pessoal na Zona Leste, onde existe um movimento popular, onde há pessoas ligadas ao movimento sindical e um mínimo de estruturação do Partido. Lá o pessoal analisou os resultados e está animado para continuar a luta de organização do Partido. Não há desânimo de jeito algum. Já estive em três ou quatro núcleos que fizeram avaliação e o ânimo é bom, o ânimo é de avançar na organização do Partido. Esse é o principal mérito da eleição, confirmar que o caminho que o PT propõe é o certo. Quanto às falhas, acho difícil a gente ter um culpado. E acho que a gente não deve ficar procurando esse culpado: os dez por cento de votos refletem a real implantação que o PT tem. Não dava para ir além disso, com a organização que a gente tem.

Houve deficiências do Partido. A impressão que se tem é que o Partido ainda não funciona com a coesão e a unidade próprias de um Partido. O PT ainda é muito mais um movimento. Existe muita gente que está apoiando a proposta do PT mas não existe uma vida orgânica de partido, ainda. Nãose trata de culpar a direção. Isso é responsabilidade tanto da direção, quanto dos diretórios distritais, como dos próprios núcleos de base do Partido. As dificuldades vieram desde a feitura da plataforma eleitoral, de como saíram os candidatos e de como foi organizada a campanha, que refletiu a pouca coesão partidária do Partido. A escolha dos candidatos foi feita de forma muito heterogênea. Houve diretório que fez consulta ampla. No Diretório de Itaquera, nós fizemos primeiro uma pesquisa na região. Mais de mil pessoas foram pesquisadas sobre as eleições, sugestão de candidatos, sugestões de como fazer a campanha. Depois essa pesquisa foi consolidada numa assembléia popular da região, com trezentas pessoas, que votaram secretamente quais os candidatos que o Diretório ia levar para a convenção. Dessa votação secreta, saíram um candidato a deputado federal, um estadual e um a vereador. Outros candidatos foram escolhidos de forma diferente. Dessa forma, ficava muito difícil fazer uma campanha unificada. Aí acontecem as dificuldades na organização da própria campanha e, a gente sentiu o seguinte: a direção refletiu essas dificuldades dos diretórios distritais e dos núcleos, e não teve condições de fazer uma proposta melhor, mais avançada e mais unificada, e foi a reboque do que o partido pensava, muitos acharam que a campanha tinha que ser baseada em comitês individuais, porque não havia condições de unificação.

Quanto à questão da votação, acho que foi positivo, que refletiu o trabalho organizado que o Partido tinha, e refletiu também o trabalho autônomo dos movimentos populares que adotaram a posição classista na eleição. Quem votou no Partido dos Trabalhadores não foi em nenhum momento iludido pela postura paternalista que o PMDB e o PTB assumiram.

Dirceu: O Comitê Eleitoral Unificado e a Direção do Partido fizeram uma avaliação da campanha e vão propor ao conjunto do partido um processo que deve terminar com uma reunião do Diretório Regional no dia 30 de janeiro. Ficam assim criadas condições políticas para definir a posição do Partido diante da nova conjuntura política que se forma em São Paulo, com a eleição de Franco Montoro, e com a eleição, por parte do PT de uma bancada de nove deputados estaduais, cinco vereadores, um prefeito em Diadema e dezenas de vereadores, principalmente na Grande São Paulo e em algumas cidades do Interior. Ao mesmo tmepo temos o objetivo de preparar a substituição das direções do partido em todos os níveis. Até o final de fevereiro, faremos uma Convenção Estadual que eleja uma nova direção do Partido em todos os níveis.

São Paulo foi o Estado que cumpriu determinados objetivos estabelecidos para o Partido. No resto do Brasil a situação ficou abaixo das expectativas mínimas, do Partido.

Em São Paulo a campanha representou avanço, na medida que os candidatos e determinados números de núcleos e de diretórios ampliaram a influência do Partido e incorporaram na campanha eleitoral milhares de pessoas.

Em que sentido a decisão de fazer a campanha descentralizada, com escritórios dos candidatos contribuiu ou não para o avanço do Partido durante o processo eleitoral? Entendo que isso correspondia à realidade do Partido. Para fazer uma campanha unificada num Estado, ou mesmo Município, isso depende de um determinado nível de unidade do Partido e principalmente de uma determinada estrutura. Você não pode unificar a campanha de 160 candidatos, se o Partido não é dotado de uma estrutura de organização, de uma estrutura material. Porque se você assume a responsabilidade de fazer a campanha desses 160 candidatos a nível estadual, você tem que responder não só do ponto de vista político como do ponto de vista também material. Entendíamos que os candidatos, ao formarem grupos de apoio — e isso foi discutido com os candidatos — iriam levá-los para os diretórios municipais e distritais, e, ao fazerem sua campanha financeira iriam, junto com os núcleos, fazer a campanha também para o Partido; e que os diretórios seriam capazes de formarem comitês eleitorais distritais e municipais e dotar esses comitês — como nós fizemos a nível estadual — de determinados recursos materiais. Isso na prática não aconteceu, com raríssimas exceções. A campanha teve sentido unificador, ela não foi apenas uma campanha em que cada candidato montava o escritório, formava o seu grupo de apoio e fazia a sua campanha, e que nós, a nível estadual, só faríamos a campanha dos majoritários. Havia uma mediação.

Isso significou também um problema sério: os candidatos, em certo sentido, permaneceram dentro do Partido, procurando organizar os próprios militantes do Partido e fazendo discussão com os próprios militantes do partido durante o mês de julho e agosto (e muitos até em setembro) sendo incapazes de sair fora do Partido e fazerem campanha eleitoral.

Estavam certas as pesquisas, afinal

Pergunta: Qual foi o papel real das pesquisas e sondagens de opinião pública durante a campanha eleitoral? Você acredita que a divulgação dos resultados dessas pesquisas tenha afetado o comportamento do eleitorado? Em que sentido? As pesquisas prejudicaram o PT? Numa próxima eleição, como o PT deve comportar-se em relação à pesquisas eleitorais?

Eduardo: Acho que teve influências e acho que papel principal dessas pesquisas é que elas partiram de um dado real.

A intenção de votar no PT era muito além dos 13%, 14% na ocasião que fizeram aquelas pesquisas. Nos outros Estados está confirmado que era mais ou menos aquilo: 1%, 2% 3%. Então isso, que era uma realidade no começo, foi utilizado pela imprensa e pelos partidos da burguesia prá manter a solidificar a questão do voto útil. As pesquisas foram utilizadas como instrumentos de propaganda política dos partidos burgueses, mostrando que a possibilidade de vencer o PDS, quem tinha era o PMDB. Então, os outros partidos — o PMDB principalmente — utilizaram o tempo todo aquelas pesquisas como embasamento para o voto útil. Então, acho que as pesquisa tiveram influência negativa para o PT. Para enfrentar isso eu não vejo outra maneira do que a gente ter muito mais aprofundado um trabalho de organização e implantação do Partido, porque em outras ocasiões, a grande imprensa, a televisão, o rádio e o jornal vão utilizar outra vez essas pesquisas. Se nós não tivermos já uma implantação no movimento de massa e do partido mais forte e capaz de contrabalançar e capaz de discutir essas pesquisas e superar elas nos bairros e nos movimentos sociais a gente vai ser vítima, outra vez, dessas pesquisas.

Reginaldo: A pesquisa eleitoral, a sondagem de intenção do voto, ela mede a intenção naquele momento e isso deve ser usado por todo e qualquer partido para avaliar suas reais condições de atuação. Não sei se a gente poderia dizer em que medida a pesquisa prejudica ou não, porque depende muito da estratégia que o próprio partido toma a partir dessa informação. A pesquisa eleitoral, quando em etapas diferentes da campanha, pode mostrar que aquela tendência não estava definida, determinada, e o exemplo claro disso é o exemplo do Rio de Janeiro, onde tudo se inverteu, tudo. Sandra despencou, Miro despencou, com isso despencou no Rio de Janeiro a própria tese do voto útil.

Não creio, nesse sentido, que a pesquisa em si prejudique o Partido. Eu acho que a forma que o partido utiliza ou não a pesquisa é que pode levar a algum problema a algum desgaste e inclusive a necessidade de a partir daí se tomar alguma decisão. O próprio PT, ele não só se valeu da informação que era veiculada pela pesquisa de opinião, como o próprio PT teve a oportunidade de contar com a atividade interna do Partido, que era capaz de fazer ssas sondagens, não só medir essa intenção de votos, mas, o que era muito mais importante, oferecer elementos que as pesquisas publicadas pelos jornais e pelas pesquisas não ofereciam. Ou seja, conquanto se soubesse qual era o nível de intenção de voto no PT, a gente tinha outras informações que eram geradas pela própria pesquisa. A gente até sabia, através da realização da pesquisa eleitoral, quais diretórios, quais núcleos funcionavam ou não, em que setores do Partido a gente tinha problemas de organizar. Conquanto não fossemos o campeão da preferência, nós sabíamos, no fundo, quem éramos nós.

Acho bom a gente não perder de vista que as prévias eleitorais, de uma certa forma, acertaram. Elas mostraram realmente que não se pode simplesmente relegar a pesquisa eleitoral a um instrumento dos partidos burgueses, porque a gente tem que se apropriar, também, dessas técnicas que são utilizadas por esses partidos e que a meu ver, nem por isso, são técnicas a serem descartadas. São armas e instrumentos dos quais a gente tem que se utilizar. A gente deveria fazer talvez uma pesquisa numa outra situação, e não se utilizar apenas da pesquisa de sondagem que certamente continuará sendo feita no País para, através do discurso, tentar desacreditar essa pesquisa. A gente deve aproveitar os elementos que a pesquisa fornece, ou seja, onde é que estamos bem, quando é que estamos mal, que tipo de proposta deve ser colocada no palanque, na mensagem do partido para chegar àqueles seguimentos da população aos quais não chegamos ainda.

Vamos dar um exemplo bastante fácil: no começo de setembro sabíamos que as grandes taxas de indecisão estavam, sobretudo em certos grupos ocupacionais de classe média, praticamente degradada em termos de salários e em termos de determinados privilégios que teve durante muito tempo. Eu acreditava que esse tipo de segmento devia ser chamado à palavra do Partido dos Trabalhadores. Então, ao invés de ter apenas uma campanha de porta de fábrica eu acreditava que devíamos também ter uma campanha de porta de banco, de porta de lojas, de porta de escritório, de porta de escola e assim por diante, porque de qualquer forma nós tínhamos aí nesse segmento um número muito grande de indecisos.

Várias pesquisas feitas pelo Partido dos Trabalhadores demonstravam que o voto do PT é um voto bastante ideológico, ou seja, era um voto que flutuava muito pouco quando a gente alterava as premissas que estavam embutidas nas perguntas que eram feitas. Quando a gente perguntava se tinha uma preferência partidária, ou se já tinha um candidato definido, quando a gente se perguntava se as eleições fossem imediatamente, em quem ele votaria, praticamente o peso ou a taxa de respostas favoráveis ao PT permanecia a mesma. Isso significava que a adesão era quase plena e quase realizada, e que portanto novas adesões deviam ser conquistadas a partir da campanha e do desenvolvimento do campanha.

Dirceu: As pesquisas, — os resultados eleitorais demonstraram — correspondiam à realidade. A questão que nos impressionou durante a campanha eleitoral é o reforo que a pesquisa traz, principalmente no caso do Estado de São Paulo, para o candidato que nas pesquisas vem em primeiro lugar. Se nós somarmos a isso a manipulação que alguns órgãos de divulgação fizeram da pesquisa, no sentido de minimizar qualquer outro tipo de pesquisa — ainda que não refletisse a tendência geral do eleitorado do Estado mas localizada, de universidades ou de regiões ou de setores sociais, quando gram desfavoráveis ao candidato Franco Montoro — essas pesquisas desapareciam das primeiras páginas dos jornais; durante a campanha eleitoral o PT recebeu duas cartas-ofício da Associação Brasileira dos Pesquisadores de Mercado, da Abpeme e de uma outra entidade também, com relação à publicidade, da técnica de realizar pesquisa, dos objetivos da pesquisa e do patrocinador da pesquisa e que dados foram publicados e que dados não foram publicados, aonde eles estão disponíveis. Isso nos trouxe a preocupação de que o Partido dos Trabalhadores deve e tem que desenvolver um departamento de pesquisa, não só para a campanha eleitoral. Eu entendo que o Partido poderia ter feito um melhor uso da própria pesquisa que fez, na sua orientação político-eleitoral. Por várias razões já avaliadas aqui, isso não foi possível.

Roberto: A pesquisa, no caso do Estado de São Paulo, reforçou a tese do voto útil porque a imprensa assim a trabalhou. Aí a questão é outra. A pesquisa refletia a tendência do eleitorado, ela tem uma margem de segurança do ponto de vista técnico-científico. Alguns institutos que trabalham com pesquisa merecem uma credibilidade praticamente absoluta, pelo histórico deles no País, nesses últimos anos, o que não quer dizer que num momento determinado não possam ser utilizados, na medida que são empresas comerciais privadas e com vínculos políticos e ideológicos, como qualquer outra entidade social.

Eu gostaria de fazer uma distinção entre que tipo de sondagens era executada. A pesquisa que procura levantar qual é o perfil do eleitorado, aonde estão os votos de determinado candidato ou aonde está o apoio político de determinado partido nas diversas camadas sociais, seria uma pesquisa sobre o perfil do eleitorado. Pelos resultados das pesquisas ficou comprovado que há uma margem de erro pequena, quando a pesquisa é bem feita, e não há por que falar que ela é falsa, a não ser que ela seja realmente falsa.

A sondagem de quem vai ganhar, induz o voto certo. ("Vote certo, vote naquele que vai ganhar, não desperdiçe seu voto"). Acredito que Montoro recebeu boa porcentagem desse tipo de voto. Várias pessoas se declararam como pessoas que votaram para não desperdiçar o voto. "Votei em Montoro para não jogar fora meu voto, eu queria eleger, foi a primeira vez que eu participei de uma eleição". É uma visão que existe: achar que voto é um jogo. Esse tipo de sondagem, de quem vai ganhar, traz a visão de que quem vai ganhar é o melhor porque o povo ou a maioria sempre acerta, ou alguma coisa desse nível.

PT do Rio começa a sua avaliação

Dois líderes populares dizem que Partido deve ir às bases

RIO — O balanço da participação do PT nas eleições e do resultado das urnas vêm-se dando mais por iniciativa das campanhas que ainda mantêm algum nível de organização. Porém o diretório Regional está preparando uma reunião ampla com a qual pretende dar um primeiro passo no sentido de levar de forma organizada o debate político para os núcleos e os diretórios do Partido.

Enquanto isso, manifestaram-se duas figuras expressivas dos movimentos sociais do Estado: o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói, Abdias José dos Santos, que representa os setores mais combativos do movimento sindical fluminense, e o agente de pastoral Aguinaldo Bezerra dos Santos, mais conhecido como "Bola", ex-presidente da antiga Fafeg (hoje Faferj — Federação das Associações de Favelas), que atuou também na coordenação da campanha da única vereadora eleita no Município do Rio, Benedita da Silva, do Morro Chapéu Mangueira.

Sem surpresa

Para Abdias José dos Santos, principal dirigente sindical dos metalúrgicos de Niterói, o resultado das urnas não surpreendeu. Ele diz que foi um dos que "sempre alertavam aos companheiros de que a gente teria uma tarefa árdua. De modo que não deveríamos ficar eufóricos achando que iríamos ganhar".

Comparando o resultado eleitoral do PT com as dificuldades do movimento sindical em se desenvolver, Abdias acha que "assim como é difícil chamar os trabalhadores para uma assembléia, também é difícil convocar para a luta política. E a proposta do PT é uma convocatória à luta".

A partir da sua própria experiência como operário e dirigente sindical, Abdias comenta que "por ser ainda muito presente no povo a atitude de esperar por alguém que resolva por ele os problemas", esse povo terminou nestas eleições "mais uma vez envolvido".

"O voto no PMDB diz — foi uma forma de contestação, mais um protesto que demonstrou o desejo de mudança. Se o PT tivesse a mesma estrutura e o mesmo acesso que tem o PMDB aos meios de comunicação, aos recursos financeiros, ele teria ganho."

Avesso à qualquer idéia de fusão entre o PT e o PDT, Abdias José dos Santos reconhece que a convivência com o PDT no Governo do Estado será muito mais fácil do que seria com o PMDB, caso este vencesse.

Porém ele ressalta que essa convivência só é possível com independência. "Assim como não é uma boa considerar o PDT como se ele fosse a mesma coisa que o PDS", observa, "também não é bom sair apoiando tudo o que o PDT fizer. O PT deve ter uma posição de colaboração mas com toda independência". A prioridade do PT agora, na sua visão, é buscar fortalecer ao máximo a sua presença no movimento sindical. Ele reconhece também que, sendo um partido de trabalhadores, o PT, nestas eleições, pelo menos no Rio, se saiu melhor na área estudantil, intelectual e de independentes, do que na área operária.

"Temos de encarar a derrota politicamente e a partir de agora buscar estruturar um trabalho forte na área operária."

O Parlamento

O agente pastoral Aguinaldo, o "Bola", diz que temos de partir do princípio de "que o operário nunca perdeu eleição no Brasil. A não ser Jânio Quadros", diz, "o operariado nunca perdeu porque votou sempre no PTB. E este, por sua vez, sempre ganhava".

O fato de o PT não ter tido uma boa votação para ele não foi só em decorrência das falhas técnicas. Pelo menos no Rio, ele destaca "o fenômeno Brizola, que afinal venceu duas máquinas — a de Moreira Franco e a de Miro Teixeira".

Para "Bola", 30 a 40% dos eleitores do Brizola votariam no PT. "Mas o povo achava que como o PT não ia ganhar ... iria votar no PDT porque ele tinha chance."

"Nós tivemos erros de colocação sobre a questão do Parlamento, quando dizíamos que ele não era a coisa mais importante para a nossa luta, nos esquecendo de que o povo tinha outro conceito e considera o Parlamento como uma coisa importante. Haja vista a repercussão da eleição da Bené das favelas. A vitória dela é a vitória de todos os favelados do Rio de Janeiro."

Segundo "Bola", se você fizer uma avaliação dos candidatos que as oposições elegeram "você vai ver casos como o do Gilberto Mestrinho, no Amazonas, que chamar de oposição é até piada!"

"Bola" adverte que a campanha do PT nas eleições não chegou à maioria da classe operária, atingindo mais a chamada classe média. "Não alcançamos nem a terça parte do operariado por falta de ir para as ruas. Ficava-se horas discutindo em quatro paredes, e o que é pior, muitas vezes sem conhecimento prático. Faltou experiência mas faltou também humildade em ouvir mais atentamente as bases."

Para ele o PT deve sair "de sola para as ruas, fazendo reunião em favela, nos bairros da Baixada, e não ficar mais entre quatro paredes. Todo o Partido deve voltar aos lugares onde fez campanha para mostrar ao povo que a nossa proposta tem conseqüência. Fazer uma filiação mais consciente do que a feita na campanha de legalização. Promover a organização dos núcleos, ter instrumentos de divulgação mais ágeis para a propaganda do Partido. Fazer um trabalho a longo prazo".

Atentado em Joinville

Ato Público de Protesto

Oswaldo Miqueluzzi, candidato a vice-prefeito pelo PT em Joinvile, Santa Catarina, foi alvo de um atentato no dia 28 de outubro, quando uma pessoa conduzindo uma motocicleta disparou seis tiros contra ele no momento em que estacionava o carro diante do prédio onde mora. Miqueluzzi escapou sem nenhum ferimento e telefonou à Delegacia, solicitando a presença de um policial para registrar o atentado. Muito tempo depois o delegado chegou ao local para fazer as anotações.

Ato público

A Comissão Executiva Municipal do PT de Joinvile convocou um ato público em protesto ao atentato sofrido pelo candidato petista. O ato foi realizado na praça da Bandeira, ponto central da cidade e contou com presença de entidades como Associação dos Moradores da Boa Vista, Centro de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Central Pastoral Operária, Associação Joinvilense de Imprensa e Radiofusão, União Catarinense de Estudantes e representantes do PMDB.

Ainda no dia 28 de outubro, o candidato a vice-prefeito pelo PMDB em Porto Belo escapou ileso de um atentado a tiros. Todos esses casos continuam impunes, sem que a polícia tome qualquer providência para solucioná-los.

A bancada paulista reconhece equívoco

Aumento de vencimentos gera nota

Assinada pelos seis deputados da bancada estatal do PT paulista, a seguinte nota oficial foi divulgada no dia 6 de dezembro, sobre o aumento dos vencimentos dos deputados:

"A bancada do Partido dos Trabalhadores, na Assembléia Legislativa de São Paulo, sensível à reação da opinião pública e das bases do Partido, reconhece que se precipitou ao aprovar o projeto que desdobrou as sessões ordinárias da Assembléia em duas sessões, sem consultar as bases do Partido.

"A bancada reconhece que o aumento dos provimentos dos deputados estaduais por São Paulo, decorrente da aprovação do referido projeto, é excessivo quando se leva em conta o nível de vida do nosso povo e os ajustes de salários para os trabalhadores no País.

"A bancada entende ser possível, logo ao se iniciar a próxima legislatura, propor a revogação da resolução que duplicou as sessões ordinárias. Da mesma forma ela se propõe a discutir essa questão com a Direção Estadual do Partido, que deverá reunir-se brevemente em São Paulo.

"A bancada do PT, por outro lado, entende que a discussão hoje levantada em torno dos salários dos deputados foi um fato extremamente positivo. Acredita, contudo, que ela deve ser estendida a todos os setores da economia nacional, em particular dos cargos públicos.

"Finalmente, a bancada do PT vem reafirmar sua irrestrita confiança na sua liderança, ora em exercício, representada pelo deputado Marcos Aurélio Ribeiro."

Executiva

Dias depois, a Comissão Executiva do Diretório Regional do PT em São Paulo expediu a seguinte nota oficial:

"Em sua reunião ordinária de 9/12/82, a Executiva Regional do PT discutiu os posicionamentos da bancada do Partido relativos ao reajuste dos vencimentos dos deputados da Assembléia Legislativa.

"Concordou com a avaliação da bancada de que houve um erro nos encaminhamentos e posicionamentos do Partido nessa questão. Os subsídios e salários dos parlamentares do PT foram e serão sempre usados para o correto desempenho de seu mantado. Não é correto justificar tal reajuste através de expedientes como o desdobramento de sessões. Os aumentos de salários dos deputados devem ser propostos com a mais absoluta franqueza, esclarecendo à população a sua justeza. No mais, a reunião da nossa bancada já apontou o caminho para o enfrentamento adequado da questão."

Autocrítica necessária

Plínio Mello.

Advogado e sindicalista, foi dirigente do antigo Partido Socialista Brasileiro. Atualmente é membro do PT.

As eleições de 15 de novembro precisam ser devidamente avaliadas pelo Partido dos Trabalhadores. Parece evidente para a grande maioria de seus militantes mais responsáveis que o veredictum das urnas foi desfavorável à imagem que se criara do PT, porque a votação obtida vai-se refletir desfavoravelmente na consolidação organizatória do Partido em nível nacional. Nem se poderá alegar, como justificativa de tais resultados, a pobreza de recursos financeiros, pois, mesmo que o Partido não pudesse contar com os milhões de que dispuseram os demais concorrentes ao pleito, a verdade é que arrecadou ele, a duras penas, se não o suficiente para uma campanha mais folgada, pelo menos elementos estritamente necessários ao êxito de suas principais candidaturas. Resta, portanto, examinar quais teriam sido as causas do seu fracasso eleitoral, em toda a extensão do País.

Dúvida não pode restar que a imagem petista alimentara a esperança de que seu desempenho, neste primeiro embate eleitoral, estava destinado a ultrapassar as perspectivas mais otimistas. No entanto, abertas as primeiras urnas, o que se evidenciou foi uma decepção generalizada, que só pode ter explicação nos erros cometidos durante a própria campanha.

O primeiro desses erros, a nosso ver, foi o esquecimento, por parte da direção nacional, do objetivo estratégico fundamental do PT, que era, através de sua participação nas eleições, consolidar sua própria organização. E, com base nesse objetivo, centralizar sua campanha na luta direta contra o regime militar e seu partido, de modo a incorporar o grande descontentamento popular decorrente da crise econômica e social por ele criada e alimentada ao longo de cerca de duas décadas de arbítrio e exploração. Ao invés disso, preferiu-se, taticamente, abrir fogo contra o PMDB, que, queiramos ou não, se apresentava aos olhos do povo como o principal partido de oposição ao sistema dominante, a despeito de alguns caciques políticos nele incorporados. Assim, nessa competição desigual e contraditória, esqueceu-se o principal inimigo, representado pelo PDS, o que acarretou, incontestavelmente, certa desconfiança quando não a própria hostilidade de largas camadas da população. O que se impunha, no caso, era o PT, conservando sua própria identidade e sem incorporar-se, ou mesmo aliar-se ou submeter-se às diretrizes daquele partido, na luta contra o regime, bater junto, com ele, o inimigo comum, a fim de não alienar-se a simpatia do eleitorado pela oposição.

Por isso mesmo impõe-se, desde logo, sem facciosismos ou propósitos desagregadores, fazer-se uma profunda autocrítica partidária, a começar das bases até suas mais altas instâncias, para superar o desapontamento causado pelos resultados eleitorais obtidos, se não tanto em São Paulo, pelo menos nos demais Estados onde o nosso Partido concorreu ao pleito.

Mas, aqui mesmo, não poderá ser descartado aquele erro fundamental a que nos referimos anteriormente, a começar pela escolha do companheiro Lula para candidato a governador do Estado, quando outros companheiros poderiam ter sido indicados, reservando-se para o presidente nacional do Partido o papel de ponta-de-lança na luta contra Maluf e sua grei, em competição direta com este na eleição para a Câmara Federal. Sua reconhecida combatividade, além da simpatia popular e do seu carisma político, arrastariam para o PT e as bancadas a serem eleitas o apoio de largas camadas do eleitorado, não só em São Paulo, como em todo o País, beneficiando assim a organização partidária em base nacional. Aliás, não deverá ser esquecido o fato de que o próprio Lula, ao ser lançada sua candidatura a governador, declarara que, talvez fosse preferível deixá-lo livre de tal incumbência para que pudesse ajudar a organização do Partido aqui e nos demais Estados. O que faltou, então, naquela oportunidade — e esse não deixa de ter sido também um grave erro — foi uma avaliação mais ponderada de sua escolha, sem examinar-se a significação que teria a opção que sugerimos.

E de se salientar ainda, com base na experiência histórica de outros países, que os partidos operários na luta contra o capitalismo quase sempre iniciam suas atividades legais não visando propriamente cargos de Governo, mais difíceis de alcançar em competição com partidos burgueses, mas, principalmente, a representação parlamentar, cujos pleitos se tornam mais acessíveis e proporcionam maior oportunidade para o trabalho organizatório. Dir-se-á, porém, que, face ao casuísmo do voto vinculado, isso não seria possível ao PT, nas eleições que acabaram de realizar-se, o que não deixa de ser verdade. Contudo, mais útil para a organização partidária teria sido não o sacrifício dos militantes mais em evidência nos Estados, quase todos indicados para cargos executivos e majoritários, mas a sua indicação para a liderança nas chapas de candidatos a cargos legislativos. Ora, se Lula, Lysâneas Maciel, Olívio Dutra, Sandra Starling, Antônio Carlos de Oliveira, Manoel da Conceição, além de outros, ao invés de serem indicados para cargos que não poderiam oferecer garantia de qualquer êxito, em face da polarização eleitoral entre o PMDB e PDS, o fossem para integrar as chapas de candidatos à deputação federal, não só poderiam ter obtido uma votação mais expressiva do crescimento do PT em nível nacional, mas, o que é mais importante, teriam criado condições materiais para a consolidação organizatória do Partido, além de lhe assegurar uma projeção política que viria estimular seu crescimento, facilitando uma larga movimentação de sua liderança em todo o território nacional.

De qualquer modo, se a derrota do nosso Partido, nacionalmente, não poderá deixar de ser reconhecida, sem maiores desculpas, o pequeno êxito obtido em São Paulo, poderá servir de estímulo aos companheiros dos demais Estados, proporcionando-lhes, pelo menos, o exemplo do que significará, no futuro, uma melhor estruturação partidária, que foi o que proporcionou os resultados aqui obtidos. E a luta continua!

Em defesa da candidata

Nota oficial da direção estadual

Djalma de Souza Bom, presidente do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores em São Paulo, assinou nota oficial em defesa de Caterina Koltai, candidata a vereadora pelo PT paulistano, e que vem sendo vítima de calúnias da imprensa burguesa, além de estar sendo ameaçada de enquadramento da Lei 6.368/76, artigo 12, parágrafo 2º, inciso III.

É o seguinte o texto da nota da direção estadual do PT:

"O Partido dos Trabalhadores em São Paulo, através de sua Comissão Executiva Estadual, vem protestar contra o processo de que está sendo vítima sua candidata a vereador pela capital, Caterina Koltai, por expressar e defender idéias durante a campanha eleitoral, que constituem preocupações de importantes segmentos da sociedade.

"O Partido dos Trabalhadores entende que esse ataque não visa apenas a pessoa de nossa companheira Caterina, mas sim o próprio PT, assim como todos aqueles que hoje não aceitam os tabus e silêncios e se dispõem a discutir publicamente suas aspirações.

"O Partido dos Trabalhadores defende intransigentemente a liberdade de expressão e organização, que considera pilares fundamentais na construção de uma verdadeira democracia. Portanto, o PT acredita na importância do livre debate sobre todas as preocupações que hoje afligem os diversos setores: jovens, velhos, negros, índios, mulheres, homossexuais e todo um conjunto de oprimidos e explorados que constitui a absoluta maioria de nossa sociedade.

"A melhora do meio-ambiente, a conquista de uma nova qualidade de vida e o direito à dignidade para a classe trabalhadora e todos os oprimidos, que caracterizam o folheto "Desobedeça", de Caterina Koltai, como objeto de processo, deveriam tê-lo transformado, isto sim, em objeto de séria reflexão e debate. Definitivamente não acreditamos que a polícia ou os processos sejam os intrumentos desejáveis para a solução dos infinitos problemas sociais que enfrentamos, apontados ou não no folheto de nossa companheira Caterina Koltai. Mesmo porque o Partido dos Trabalhadores não entende, em absoluto, que qualquer democracia possa tratar de qualquer questão social como uma questão de polícia.

"Deste modo, o PT vem publicamente defender Caterina Koltai e, por conseguinte, o direito de qualquer pessoa — petista ou não — de expressar sua opinião sobre os temas abordados pelo folheto "Desobedeça" ou quaisquer outros temas que considere importantes ao seu bem-estar social e à sociedade brasileira."

PROJETO ECONÔMICO

Várias críticas ao documento básico

Forma e conteúdo têm reparos

Elaborado antes das eleições de 15 de novembro, somente agora chegou à Redação do **Jornal dos Trabalhadores** o documento seguinte, assinado por José Genoíno Neto, eleito deputado federal pelo PT de São Paulo:

O Diretório Nacional apresentou um Projeto de Programa Econômico para o PT e solicitou que o conjunto dos militantes do Partido estude e avalie esse documento. Consideramos que o final da campanha eleitoral não é o momento mais indicado para se iniciar uma discussão programática. Porém, uma vez que o Projeto foi lançado, sentimo-nos obrigados, sob pena de nos omitirmos, a estudá-lo e a apresentar uma avaliação inicial e geral do seu conteúdo. Deixaremos para depois do dia 15 de novembro uma análise mais aprofundada e mais detalhada desse documento.

Há muitos aspectos que deverão ser considerados no exame do Projeto. Por exemplo, no que diz respeito à forma como se está encaminhando a sua discussão, está se ferindo a democracia interna do Partido. No texto de apresentação, afirma-se que a discussão do documento publicado em edição especial do **Jornal dos Trabalhadores** visa obter "(...) complementos, correções e aprimoramentos que se fizerem necessários". Ou seja, pretende-se negar aos militantes o direito de apresentarem um projeto novo e alternativo a este do Diretório Nacional. É evidente que, se isto acontece, contraria-se frontalmente a democracia partidária.,

No que diz respeito ao conteúdo do documento, os problemas não são menores. É possível localizar nele: uma série de erros de análise da economia brasileira (exemplo: o item 5.3 apresenta a elevação do preço do petróleo como a principal causa da dívida externa contraída pelo regime militar); várias contradições internas (exemplo: enquanto o item 2.1 afirma que o desemprego é um dos traços característicos do capitalismo, o item 2.6 sustenta que, sem acabar com o capitalismo, é possível, num prazo de 4 ou 5 anos, atingir o pleno emprego no Brasil), assim como inúmeras tentativas de arriar algumas das bandeiras de luta que já são históricas dentro do PT (exemplo: o item 2.5, ao criar a noção de "justa causa econômica", abandona, na prática, a luta pela estabilidade no emprego).

Os companheiros têm aí uma pequena amostragem da multiplicidade de problemas que se pode levantar frente a esse Projeto de Programa Econômico. Porém, nessa nossa primeira manifestação, pretendemos apenas ater-nos a alguns pontos que nos parecem essenciais.

Consideramos errônea a orientação geral do documento. Estamos convencidos de que esse Projeto, se aprovado como programa econômico do PT, irá desviar o partido da luta por terra, trabalho e liberdade. Tentaremos expor, de maneira sintética, as principais razões que fundamentam esse nosso juízo.

1. Sabe-se que um programa econômico só pode ser aplicado por quem detém o poder de Estado. No entanto, surpreendentemente, o Projeto sequer faz referência à luta contra a ditadura militar. Sugere, portanto, ser possível aos trabalhadores assumirem o poder de Estado sem derrubar a ditadura. Tal ilusão representa, diga-se de passagem, um retrocesso inadmissível em relação à Plataforma Nacional do PT, cujo ponto primeiro proclama: Sem liberdade a vida não vai mudar! Pelo fim do regime militar!

2. Quanto ao aspecto propriamente econômico do Projeto, cabe dizer que também aqui semeia-se ilusões junto aos trabalhadores. Nele não se distingue a plataforma de reivindicações com as quais estes procuram defender-se dos efeitos da crise econômica (reivindicações de garantia no emprego, de melhores salários, de saúde e educação gratuitas, de transporte coletivo melhor e mais barato, etc.) de um programa de transformações econômicas que, alterando toda a estrutura de nossa economia, assegure a eles a superação dos problemas que os afligem. Na conseqüência, o Projeto de Programa Econômico alimenta a ilusão de que será possível resolver esses problemas — desemprego, salários baixos, educação, saúde, moradia, transporte, etc — sem se implementar um conjunto de transformações que erradique a dominação do capital monopolista estrangeiro e brasileiro sobre a economia nacional. Basta notar que o Projeto se coloca favoravelmente ao pagamento da dívida externa — limitando-se a reclamar a sua renegociação e não propõe a expropriação dos monopólios nacionais e imperialistas.

3. O documento proclama que o socialismo é o objetivo de longo prazo dos trabalhadores. Porém não indica como e porque os objetivos de curto prazo que relaciona prepararíam o terreno para a implantação do socialismo no Brasil. Ora, sem se demonstrar a relação existente entre os objetivos de curto prazo e a luta pelo socialismo, o discurso sobre o socialismo torna-se um palavreado vazio. De resto, é difícil imaginar como um programa que não proclama a necessidade de se derrubar a ditadura militar e de se expropriar os monopólios nacionais e estrangeiros, como tal proposta pode abrir caminho para a implantação de socialismo no Brasil.

4. Neste momento de crise do regime militar e de crise do capitalismo monopolista e dependente brasileiro, cabe ao Partido dos Trabalhadores avançar um programa de transformações que oriente as massas na luta pela liberdade e pela supressão do modelo econômico, centrado nos monopólios, no latifúndio e na dependência ao imperialismo, que tanta miséria trouxe aos trabalhadores brasileiros. O Projeto de Programa Econômico, em vez de apontar nessa direção, infelizmente, propõe, apenas, tímidos retoques no modelo econômico vigente; limita-se a sugerir a sua recauchutagem, como indicam as críticas expostas até aqui. Desse modo, a despeito das declarações em contrário dos seus redatores, julgamos que, objetivamente, ele é uma plataforma destinada a converter-se num instrumento para se gerir a crise do capitalismo monopolista e dependente brasileiro.

Para o momento, é isso que julgamos mais importante levantar para os companheiros, dentro dos procedimentos partidários. Esperamos que essa discussão, iniciada pelo Diretório Nacional em hora imprópria, não cause nenhum prejuízo à intervenção eleitoral do Partido. Haverá tempo para retomarmos esse debate depois das eleições. Por fim, solicitamos a publicação desse documento no **Jornal dos Trabalhadores**, entendendo que esta é a única forma democrática de se debater o Projeto de Programa Econômico. **Toda força e apoio aos candidatos do PT! Voto útil é voto em quem se opõe de fato à ditadura militar! Terra, trabalho e liberdade! (a.) José Genoíno Neto. (Membro do Diretório Estadual do PT/SP e candidato a deputado federal).**

Radio Peão

Demissões

A Companhia Hidroelétrica de São Francisco (Chesf) demitiu 25 empregados que participaram da greve de outubro. Onze eram do Recife e 14 de Paulo Afonso, na Bahia. Outros 27 grevistas foram suspensos por dez dias.

No Rio, o presidente da Chesf, Luiz Carlos de Menezes, ameaçou todos os seus empregados com a Lei de Segurança Nacional, para evitar novas greves.

Repressão

Batalhões da Polícia Militar apontaram suas metralhadoras contra três mil trabalhadores em construção civil, que faziam uma passeata em Belém, Pará, no dia 30 de novembro. Os operários estão reivindicando reajuste salarial e 40% de produtividade, mas os patrões querem dar apenas 7%.

A repressão da PM contra os peões causou correrias e atropelos. Na sede do sindicato, o presidente, Severino do Espírito Santo, foi vaiado, porque assinara uma nota de apoio à candidatura do senador Jarbas Passarinho, do PDS.

Conforja

Em Diadema, São Paulo, soldados da PM se colocaram ostensivamente nas proximidades da fábrica metalúrgica Conforja. Os operários haviam feito greve de advertência contra a ameaça de dispensa em massa na empresa.

A greve durou quatro dias, e a empresa demitiu 50 grevistas sem direito a indenização.

Horário

Cento e cinquenta trabalhadores químicos do turno da tarde, da fábrica Orniex, de São Paulo, paralisaram as atividades contra a mudança de horário de saída.

Os trabalhadores não querem sair depois das 22 horas, pois não há condução para voltar para casa nesse horário. Com a greve, conseguiram evitar a mudança de horário.

Vitória

O Sindicato dos Bancários de São Paulo conseguiu uma vitória contra o Banco do Brasil, que permanentemente se recusa a cumprir as convenções coletivas, mesmo assinadas com sindicatos patronais, com a desculpa de que está subordinado ao Conselho Nacional de Política Salarial (CNPS).

Dessa vez, o Banco do Brasil havia-se recusado a pagar a 1.600 bancários diferença de 2,9% no reajuste salarial da categoria em 1974, e mais o anuênio. O Sindicato dos Bancários entrou com ação judicial e ganhou, e o Banco do Brasil foi obrigado a depositar Cr$ 4,2 bilhões, mas anunciou que vai recorrer. Por sua vez, o Sindicato dos Bancários também vai entrar com nova ação na Justiça, para obrigar o Banco a pagar o reajuste salarial deste ano.

Dispensas

Em São José dos Campos, São paulo, a Ericsson dispensou 350 metalúrgicos no dia 1º de dezembro.

Mas o sindicato local conseguiu obrigar a empresa a pagar um salário e meio de aviso prévio e garantir ainda por seis meses a assistência médica e o seguro de vida.

Rotatividade

O novo presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo, Domingos Galante, eleito pela oposição, denunciou recentemente que as empresas, depois do último reajuste salarial, estão dispensando empregados mais antigos e admitindo novos, para, com isso, reduzir os salários pagos.

O sindicato fez um levantamento e verificou que, somente no mês de novembro, houve, na entidade, 400 homologações de rescisão de contrato de trabalho.

Representante

A Assembléia Legislativa paulista aprovou projeto, dia 2 de dezembro, obrigando as empresas estatais a terem, na sua direção, pelo menos um representante dos trabalhadores.

Demissões no Estado do Rio

RIO — Crescem as demissões em massa no Grande Rio. Três dias após conversar com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Estado do Rio de Janeiro, Oswaldo Pimentel, quando rebateu como "boatos falsos" nova onda de demissões em massa, a diretoria da Fiat, em Xerém, demitiu mais 592 metalúrgicos. A demissão ocorreu dez dias antes das eleições, cinco dias após o presidente Figueiredo ser recebido com vaias na Quinta da Boa Vista e no mesmo dia em que o recém-eleito governador Leonel Brizola encerrou sua campanha num comício na Cinelândia.

Uma semana depois, dia 12 último, 600 trabalhadores metalúrgicos da General Motors do Brasil, em São Paulo, foram postos na rua demitidos, e a fábrica já divulgou que decretará 37 dias de férias coletivas, paralisando suas atividades a partir do final do ano. As demissões foram justificadas pelos patrões como consequência de uma queda de 50% nas vendas dos caminhões e dificuldades na exportação de motores para os Estados Unidos. As demissões na fábrica de Xerém, no Rio, também foram justificadas pelos patrões como decorrentes de queda nas vendas dos carros.

Na cabeça

"No final das contas, são os trabalhadores que saem levando na cabeça" — disse um demitido, quando lembrou que em outubro foi assinado o dissídio coletivo com os patrões e o presidente do sindicato sustentou que não haveria demissões. Pimentel confirmou que em seus entendimentos com os patrões, "eles disseram não ter qualquer previsão de demissões, que os trabalhadores podiam estar tranquilos".

Nos dias seguintes à assinatura do dissídio as suspeitas de demissões na Fiat foram crescendo. Na primeira semana de novembro representantes do sindicato voltaram a conversar com os patrões, que negaram qualquer intenção de demissões por parte da empresa: "O que há são boatos falsos" — disseram. Dias depois, os trabalhadores eram surpreendidos pela notícia das demissões e de que a fábrica não funcionaria naquele dia. Desse modo os patrões, segundo o sindicato, impediram qualquer manifestação de protesto.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio informou já ter enviado "diversos ofícios" aos ministros do Trabalho e da Indústria e Comércio, que até o momento não deram qualquer resposta. A Presidência da República, Pimentel perguntou, através de carta que enviou ao presidente Figueiredo, o que estava acontecendo em Xerém com tantas demissões. Também daí não recebeu qualquer resposta.

Eleita Comissão da Volks

Cerca de 28 mil operários da Volkswagen do Brasil, unidade de São Bernardo do Campo e Taubaté, compareceram às urnas, na primeira semana de dezembro, para votar nos representantes que formarão a nova comissão de fábrica da empresa. A eleição serviu para substituir o sistema de representação imposto pela indústria em 1980, quando o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema se encontrava sob intervenção federal, em razão da greve da categoria.

A nova comissão de fábrica surgiu depois de um acordo assinado entre a diretoria do sindicato e a Volkswagen do Brasil, pelo qual foi aumentado o mandato da comissão de dois para três anos, além de permitir que o sindicato participe das reuniões entre os membros da comissão e a diretoria da empresa.

Ao contrário do que aconteceu em 1980, quando orientou os trabalhadores para votarem em "João Ferrador", símbolo da categoria, o sindicato conseguiu eleger 14 dos candidatos que apoiou para as 17 vagas existentes em São Bernardo, das quais 14 para o setor de operários horistas e três para os mensalistas. Foi com o apoio da comissão, inclusive, que os 30 operários da usinagem da Volkswagen do Brasil, em São Bernardo, paralisaram suas atividades na manhã do último dia 14, em protesto contra a demissão de um companheiro do setor. O sindicato também protestou contra a eleição — que considerou irregular — de três dos representantes.

A mesa que presidiu o III Enclat paulista, que escolheu os delegados para a reunião da Comissão Nacional Pró-CUT. À direita do microfone, Gilmar, dos bancários. (Foto: Vera Lúcia).

Marcada a nova data do primeiro Conclat

Fixados os critérios de representação

BRASÍLIA — Reunida nos dias 27 e 28 de novembro, a Comissão Nacional Pró-CUT decidiu marcar para os dias 25, 26, 27 e 28 de agosto de 1983, em São Paulo, o primeiro Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras. A decisão definiu, também, os critérios de participação no I Conclat.

Participaram da reunião 51 delegados — que são, também, os novos integrantes da CNPC — representando dezesseis Estados e o Distrito Federal.

Os Estados do Paraná, Acre, Pará, Amazonas, Alagoas, Maranhão e Rondônia ainda não indicaram os seus representantes para a Pró-CUT. Foi eleita uma comissão executiva composta de 23 membros, que se reunirá a 8 e 9 de janeiro, mas a plenária da CNPC voltará a reunir-se nos dias 5 e 6 de março.

Credenciamento

No primeiro dia de reunião foi definido o credenciamento das delegações de Goiás e de São Paulo, Estados em que houve divergências na escolha de delegado.

Em Goiás, um grupo de sindicalistas, liderado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag) recusou-se a participar da plenária convocada pela comissão intersindical, e indicou, por conta própria, os representantes do Estado para a CNPC.

Em São Paulo, além da representação eleita no III Enclat compareceram delegados escolhidos por uma reunião de representantes de federações e sindicatos, realizada na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

Critérios

A escolha de delegados para o I Conclat será feita de acordo com a seguinte tabela, baseada no tamanho da categoria: até 2 mil trabalhadores, 2 delegados da diretoria e 3 da base; de 2.001 a 10 mil, 3 e 5; de 10.001 a 30 mil, 4 e 8; de 30.001 a 100 mil, 5 e 12; de 100.001 a 200 mil, 6 e 16; mais de 200 mil, 7 e 20.

As confederações e federações de âmbito nacional poderão inscrever até três diretores. As entidades de servidores públicos nos Estados em que não houver duplicidade de representação poderão escolher delegados na mesma proporção da tabela. Quando houver mais de uma entidade de funcionários públicos no mesmo Estado, também prevalece a tabela; só que o cálculo, nesse caso, é feito tomando-se por base o número de associados de cada entidade e não o número de membros da categoria.

Sindicalista analisa movimento

Gilmar Carneiro, vice-presidente do Sindicato dos Bancários do Estado de São Paulo, e membro da Comissão Nacional Pró-CUT, relatou o que foi a reunião de Brasília dos dias 27 e 28 de novembro, e comentou a atuação dos sindicalistas:

"A principal avaliação que eu faço é de que está cada vez mais comprovada a necessidade — e a importância — de os dirigentes sindicais lutarem pela democratização do sindicalismo brasileiro. Essa democratização passa pela demonstração de quem é o dirigente sindical que está a favor dos trabalhadores e quem é o dirigente sindical que está a favor da preservação da ditadura que o golpe militar impôs aos trabalhadores brasileiros."

Para Gilmar Carneiro nem tudo foi negativo no encontro. A fixação do Conclat para São Paulo, onde se espera reunir 8.000 trabalhadores em agosto, somada à fixação dos critérios de participação foram as grandes conquistas do sindicalismo combativo, segundo ele.

Embora os critérios aprovados no Enclat paulista tenham sido rejeitados na reunião de Brasília — esses critérios garantiram maior participação da base —, Gilmar Carneiro acha que a redução do número de membros das diretorias favorece as bases, em detrimento de cúpulas que se beneficiam da estrutura sindical atrelada ao Ministério. Na primeira Conclat a diretoria de qualquer sindicato, independentemente do tamanho da categoria, tinha direito a sete delegados, fato que não se vai repetir agora.

Rearticulação

Segundo os sindicalistas combativos, o primeiro dia da reunião de Brasília foi todo desperdiçado por manobras de pelegos e de sindicalistas imobilistas que não queriam reconhecer legitimidade às delegações escolhida no III Enclat paulista e na plenária intersindical de Goiás, com base em critérios da Pró-CUT nacional.

Esse bloco, ao tentar rejeitar as representações paulista e goiana, estava querendo dar posse a outras duas delegações desses Estados, que a todo custo pretendiam ser credenciadas para a reunião nacional.

A representação paralela de São Paulo nasceu de uma reunião — anterior ao III Enclat paulista de 20 e 21 de novembro — da qual participaram dirigentes de 9 federações e 103 sindicatos, articulados por Argeu Egídio dos Santos, da Federação dos Metalúrgicos e por outros pelegos.

O principal objetivo dessa articulação paralela é recuperar a liderança do movimento sindical paulista para as mãos de federações e sindicatos pelegos e imobilistas.

Outro objetivo é obter apoio para a eleição da nova diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, por muitos anos dominada pelo pelego Ari Campista e agora disputada por outros pelegos: é que o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim Andrade, agora está contra Ari Campista e tem possibilidades de se tornar o dirigente máximo da CNTI, a partir de março.

São esses os dois fatores que estão impulsionando a rearticulação de sindicatos e federações pelegos no País. A rearticulação tem eco dentro da própria Comissão Nacional Pró-CUT, onde algumas vozes se levantam em defesa desse paralelismo sindical. Arnaldo Gonçalves, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, declarou, na reunião de novembro em Brasília, que prefere ficar ao lado do oficialismo das entidades sindicais, colocando-se frontalmente contra o sindicalismo de base:

"Meu compromisso é com a classe trabalhadora. Eu vou ficar onde estiverem as entidades sindicais, que é nelas que os trabalhadores acreditam."

Pelegos perdem

A posição oficialista e pelega, todavia, foi rejeitada depois de um dia inteiro de discussão e negociações, na reunião da CNPC de Brasília.

No final do dia 27, um acordo previa o reconhecimento do III Enclat paulista e da reunião intersindical goiana, acolhendo suas representações; a realização de uma plenária dos sindicatos paulistas para indicar o representante rural à Comissão Estadual Pró-CUT de São Paulo antes de sua próxima reunião; e a realização de um congresso em março, onde os trabalhadores paulistas vão discutir a formação de sua bancada de 8 representantes à CNPC, eleger nova direção da Comissão Estadual Pró-CUT e aprovar uma sugestão de temário para o I Conclat.

Petistas servidores

A Secretaria Sindical do Diretório Regional do PT em São Paulo vai promover uma reunião de petistas funcionários públicos, no dia 8 de janeiro, às 19 h, na rua Teodoro Sampaio, 305, em S. Paulo.

O objetivo da reunião é discutir a campanha salarial dos servidores públicos, o Congresso do Funcionalismo, marcado para março de 83, e o relacionamento dos servidores com o novo Governo estadual.

A secretaria Sindical do DR paulista pede o comparecimento de todos os servidores que sejam filiados ao PT.

Censura contra a mulher

O programa "Comportamento Sexual", apresentado pela psicóloga-clínica Marta Suplicy, na Rede Globo, voltou ao ar depois de intensa campanha para anular a sua proibição.

O programa desde seu início vinha sofrendo pressões por parte do Dentel (Departamento Nacional de Telecomunicações) que aplicava pesadas multas à Rede Globo por considerar impróprios os temas que a psicóloga tratava no ar, julgando-os prejudiciais às crianças. Depois de dois anos e meio que "Comportamento Sexual" era apresentado no programa "TV Mulher", a Rede Globo cedeu às pressões da Censura e no dia 29 de novembro o programa foi suspenso.

Reações

O programa de Marta Suplicy procurava responder a todas as perguntas dos telespectadores sobre os mais variados problemas sexuais e buscava dar uma orientação séria para seus problemas. Por isso é que várias entidades protestaram contra a Censura e obrigaram à reapresentação do programa. E entre outras, manifestaram-se a Associação Brasileira de Imprensa, Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, Pró-Mulher, parlamentares do PT, que enviaram carta-protesto ao presidente da República.

Termina a greve dos docentes

Terminou dia 7 de dezembro, depois de um mês de paralisação, a greve nacional de professores universitários, que atingiu cerca de trinta e cinco mil trabalhadores de 24 unidades federais de ensino superior.

A greve foi decretada em represália ao descaso com que o Ministério da Educação e Cultura tem tratado as reivindicações da categoria.

O presidente da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), Luís Pinguelli, informou que os órgãos de segurança do Governo, entre eles o Serviço Nacional de Informações (SNI) pressionaram os reitores das universidades e escolas para que tomassem medidas punitivas contra os professores e funcionários em greve. A Andes considera que as reivindicações do magistério não foram atendidas.

Renúncia

O diretor-geral do Instituto Metodista de Ensino Superior, de São Bernardo do Campo, em São Paulo, apresentou sua renúncia em caráter irrevogável, depois que os cinco mil alunos e os 300 professores da entidade entraram em greve contra sua reeleição para o mandato de mais um ano frente à entidade.

Motoristas

Os motoristas de ônibus das empresas de turismo que atendem a várias empresas do ABC, incluindo a Ford do Brasil e a Volkswagen, fizeram greve de três dias, que terminou com a assinatura de um documento no qual os patrões atenderam a 28 das 32 reivindicações dos grevistas. Entre as reivindicações atendidas, há a equiparação salarial dos motoristas das empresas de turismo ao teto salarial dos motoristas de empresas de transporte urbano, isto é, Cr$ 94.553,00, contra o salário atual de Cr$ 62.000,00; e estabilidade por seis meses.

Josias Adão, presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos do ABC, lembra que essa conquista salarial foi bem acima do índice do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e da produtividade. Essa foi a primeira vez, nos últimos dez anos, que os empresários aceitam um acordo antecipado com a categoria, dispensando o dissídio, completa o sindicalista.

Entre as reivindicações não aceitas estão a mudança da data-base do aumento salarial para 1º de maio, estabilidade para os maridos de gestantes e o direito de o sindicato acompanhar a fiscalização realizada nas empresas pelo Ministério do Trabalho.

No acordo consta o pagamento das horas paradas. A contraproposta patronal foi aceita por unanimidade.

Na Parahyba

Entraram em greve no dia 15 de dezembro os mil funcionários da Tecelagem Parahyba, em São José dos Campos, São Paulo, de propriedade do senador Severo Gomes, recém-eleito pelo PMDB.

A greve foi decretada devido aos constantes atrasos de pagamento e que se repetiram no mês de dezembro, quando a empresa não pagou nem a primeira parcela do 13º salário exigida por lei.

Segundo declarações dos diretores da empresa, a tecelagem encontra-se em dificuldades financeiras e os bancos fecharam seus empréstimos à firma. De acordo com declarações de funcionários, as condições de trabalho na empresa são as piores possíveis.

Os empregados da Tecelagem Parahyba decidiram, apesar das promessas dos diretores de que os salários serão pagos, continuar a greve branca, em que os funcionários vão todos os dias à fábrica, batem o cartão e ficam o dia todo de braços cruzados. Os diretores do Sindicato dos Têxteis do Vale do Paraíba estão apoiando os grevistas.

Fichet

Os 350 funcionários da Metalúrgica Fichet, em São Paulo, realizaram uma assembléia no interior da fábrica e decidiram prosseguir na greve iniciada dia 16 exigindo o pagamento integral dos salários atrasados de outubro e novembro, e recusar a proposta feita pela direção da empresa em reunião com Miguel Rupp, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. A diretoria da fábrica propôs pagar 40% dos salários atrasados imediatamente e o restante na próxima semana.

Ele tinha a sua casa para cuidar...

Pode apagar o fogo: ele não volta mais

A saudosa maloca do Adoniram

André Mauro

"Por que não me procuraram há vinte anos atrás?"

Adoniran Barbosa, o compositor popular falecido no dia 23 de novembro, deixou escapar essa pergunta amarga, em meio às homenagens que recebeu no seu 70º aniversário. Embora se esforçasse por corresponder ao clima de festa, não se conformava com o tempo imenso que São Paulo levou para reconhecer seu maior poeta popular. Foi só a partir de 1973 que ele começou a colher os frutos de uma vida inteira de luta e sacrifícios — e já estava com 63 anos, idade de aposentadoria...

Um dos seis filhos de um casal italiano que se estabeleceu em Valinhos, no interior paulista, João Rubinato fez até o terceiro ano primário e, depois que a família se mudou para Santo André, passou por muitos empregos: operário de fábrica de tecidos, serralheiro, pintor de parede, ferragista, encanador, balconista, metalúrgico, garçom. Ao mesmo tempo, ia tentando a sorte em programas de calouros, até que ganhou um prêmio e um contrato na rádio Cruzeiro do Sul. Adotou um nome artístico baseado no nome real de dois amigos, o funcionário do Correio Adoniran e o sambista carioca Luiz Barbosa.

Primeiro prêmio

Em 1935, inscreveu uma composição sua, "Dona Boa", no concurso para o carnaval oficial da Prefeitura paulista, ganhando o primeiro prêmio: 500 mil réis. O cheque foi descontado na Praça da Sé, e o dinheiro gasto ali mesmo, numa farra com os amigos. Adoniran acabou voltando para casa a pé.

Mas não conseguiu viver à custa do samba, numa cidade que preferia ritmos mais "respeitáveis", como as serenatas, valsas, modinhas, boleros e tangos. O pão nosso de cada dia saiu mesmo foi da carreira de rádioator, principalmente em programas humorísticos da rádio Record: **Palmolive no Palco, Escolinha Risonha e Franca, Casa da Sogra, Zé Conversa e Catarina** e muitos outros, onde aproveitava sua voz rouca e anasalada ("Eu, falando, já era uma piada...").

Enquanto isso, ia compondo e fazendo o possível para que suas músicas fossem gravadas.

Trem das onze

Na sua voz ou de outros artistas, principalmente "Os Demônios da Garoa", foram gravados: "Joga a Chave", "Malvina" e "Iracema", em 1943/45; "Saudosa Maloca", "Samba do Arnesto", "Os Mimoso Colibri" e "Aqui Gerarda", em 1950/54; "Bom Dia Tristeza" (parceria com Vinícius de Moraes), em 1956; "Trem das Onze", em 1964.

Os versos de "Saudosa Maloca" deram origem ao programa humorístico de maior audiência do rádio brasileiro, **História das Malocas,** que ia ao ar duas vezes por semana, entre 1954 e 1968. Adoniran interpretava o Charutinho que, segundo ele, era "um preto da favela, vagabundo, que não queria saber de nada". Ia também a circos, apresentar ao vivo os tipos que faziam sucesso no rádio; entre eles, o Circo do Batista, no Jaçanã, o que inspirou seu samba de maior sucesso ("Aliás, o trem nunca foi das onze; era das oito, eu me lembro muito bem...").

"Nós se diverte..."

Em 1973, o produtor musical João Carlos Botezelli "redescobriu" Adoniran, que afinal gravou seu primeiro LP. O "Samba do Arnesto" não pôde ser incluído nesse disco, porque um decreto oficial proibia a divulgação de obras com erros de ortografia. Na ocasião, o professor Antônio Cândido, uma das maiores autoridades no assunto, saiu em defesa do compositor, que utilizava o falar do povo, um português abrasileirado "onde Ernesto vira Arnesto, em cuja casa nóis fumo e não encontremo ninguém, exatamente como por todo esse País".

Através desse e de outro disco, lançado em 1975, Adoniran passou a ser conhecido e respeitado pelo público jovem. Então saiu de sua semi-aposentadoria e voltou a excursionar pela periferia e pelas cidadezinhas do Interior, apresentando-se em faculdades, escolas, Prefeituras, ginásios. Segundo sua família, voltava exausto, desabava na cama e passava o dia e a noite seguintes só recuperando as forças. Mas se alguém lhe perguntava se estava satisfeito, respondia com a frase célebre: "Nóis ganha poco, mais nóis se diverte!"

Adoniran morreu no dia 23 de novembro, aos 72 anos de idade. Apesar de aparecer constantemente nas tevês, jornais e revistas, e de ter três LPs gravados, além de várias composições suas aproveitadas em discos de outros artistas, recebia de direitos autorais apenas 60 mil cruzeiros por trimestre. "Morreu pobre", segundo sua companheira Matilde de Luttif.

Uma história de muitos de nós

Três décadas de uma família da cidade do Interior. E uma lua.

Paulo José Moraes

A vizinha fofoqueira, o açougueiro anarquista, o padre com idéias novas, a madrinha beata, são alguns dos muitos elementos presentes na peça "Lua de Cetim", e que formam junto à família central os personagens deste texto de Alcides Nogueira Pinto, com direção de Márcio Aurélio.

A família é composta pelo pai, Umberto Magnani, prêmios Molière e Mambembe de Melhor Ator do ano passado, e que faz o comerciante da pequena cidade, Torrinha, onde se passa tudo; ele é dono de uma loja de tecidos, que sonha transformar em uma potência no ramo, enquanto vai bebendo cada vez mais os seus aperitivos. A mãe, vivida por Dulce Muniz, é a que tem mais pés no chão, o que não a impede de sonhar, seja com o novo sofá de plástico imitando couro, o telefone e a televisão, ou seja com o emprego do filho no Banco do Brasil ou com o marido parando de beber; esse papel foi vivido no início pela atriz Denise Del Vecchio.

O filho, que no começo tem uns dez anos, é vivido pelo excelente garoto-ator Ulisses Bezerra, e na vida adulta é representado por Taumaturgo Ferreira. Tem ainda sua companheira de aventuras amorosas e políticas, que é vivida pela atriz Júlia Pascale.

A história é mostrada em três épocas diferentes. O começo da década de sessenta, quando o casal vive discutindo suas opiniões a favor ou contra o fatídico presidente Jânio Quadros, até que vai ser surpreendido pela renúncia, surpresa aliás repartida com o resto da Nação brasileira.

Depois, vem o começo da década de setenta, com a participação política de uma juventude que se viu castrada pelo poder ditatorial e assassino de alguns, e que iludiam muita gente através de uma bem-programada e executada propaganda, e que aparecia costumeiramente nos vídeos de nossas televisões.

As famílias aprendiam a odiar os chamados "terroristas", sem terem oportunidade de questionar os verdadeiros atos de terror que eram cometidos tanto no plano econômico (como continuam a serem feitos, hoje em dia, acobertados pelo xerife Reagan e disfarçados pelo codinome FMI) como no plano físico, exterminando através de torturas pessoas que pensavam diferente deles, e que foram verdadeiramente empurradas para uma vida de clandestinidade.

A terceira época mostrada em "Lua de Cetim" é a atual, onde os Riocentros impunes da vida servem para confirmar o que foi feito e que continua sendo feito com nossa geração.

Dulce Muniz e Humberto Magnani, em "Lua de Cetim".

Quem estiver perto dos trinta anos, um puco mais talvez, quem morou ou foi criado em cidade do interior ou bairro da periferia, vai sentir o retrato extremamente fiel traçado por "Lua de Cetim". Será inevitável lembrar de alguém da família ou alguém conhecido ao ver as representações de Umberto Magnani e Dulce Muniz. Afinal, quem nunca teve, pelo menos, um tio que enchia a cara de vez em quando e enchia de preocupações a todos da família? Quem não teve um parente ou conhecido que fracassou no comércio por acreditar que as oportunidades são iguais para todos?

O resgate da memória, para quem assiste à peça, é seu elemento mais importante. Não só a memória da "Torrinha" que cada um de nós viveu ou conheceu, mas também do processo político que vitimou os sonhos de todos nós, empurrando-nos seja para a bebida, seja para a luta armada, seja para a frustração na acepção da palavra. Sim, porque beber ou lutar clandestinamente eram as opções para a não aceitação da frustração, para sua negação. A bebida, em alguns casos, foi substituída por um consumo inconsequente de drogas, geralmente acompanhado por uma negação de qualquer modelo que lembrasse família ou núcleo social, foi o chamado "desbunde". Sobre isso, vale a pena consultar um belo livro, "Campo minado", de Wilson Aguiar Filho. Mas isso é uma outra estória que fica para uma outra vez.

A Lua, também censurada enquanto símbolo de liberdade para sonhar, é apropriadamente, no texto, de cetim. Talvez um cetim que não se achasse na "loja do seu Guima", o pai desta família que, como chita, ou o pior tipo de algodão, tivesse de se conformar com um destino que não desejou e nem traçou. Mas que foi obrigado a viver. Quando se sai do teatro, após ver "Lua de Cetim", ficamos com a impressão de que nossa geração não teve oportunidade de fazer aquela tão sonhada viagem para Poços de Caldas, como acontece com o casal da peça. E que só nos resta guardar o estilingue aposentado das lutas de infância, para nossos filhos, quem sabe mais corajosos e mais felizes, e, com certeza, mais livres, até mesmo porque nos têm como pais.

HUMOR

Receita do João

Os cozinheiros do Planalto, os mesmos que criam diariamente fórmulas para empobrecer cada vez mais o povo — há pouco, eles botaram até aposentado no caldeirão fervente da Previdência Social —, estão há anos preparando uma receita para manter no poder aqueles que nos desgovernam desde 1964. Eis a receita:

"Uma pitada de vinculação de votos. Um quilo de lei falcão. Uma dúzia de casuísmos. Um litro de credenciamentos. Um maço de viagens presidenciais.

"Depois de misturar (ou confundir) com cédulas únicas, deixar 5 minutos exposta a massa aos programas de rádio e TV de propaganda gratuita. Respingar pesquisas de opinião."

Embora com o propósito de favorecer a situação, os cozinheiros do Planalto estão, isto sim, facilitando ainda mais a vitória da oposição. É só colocar a receita na urna do dia 15 e esperar a confirmação: a vitória vai ser de goleada, por diferença de milhão, tanto na cidade como no sertão.

J. Maria

Pés e barriga

Na zona rural do Sul de Minas, é uma tradição lavar os pés antes de dormir.

Certo dia um homem foi visitar o amigo e compadre que morava meio longe e chegou já no começo da noite, com uma fome danada.

Acontece que na casa do compadre a janta era mais cedo e ele nem percebeu que o amigo estava com fome. Ficou aquela conversa por muito tempo, um conta um caso, o outro também conta o seu e assim por diante. A barriga roncando de fome e ele com vergonha de pedir para preparar uma comida.

Conversa vai, conversa vem, foi ficando tarde e por fim o dono da casa falou:

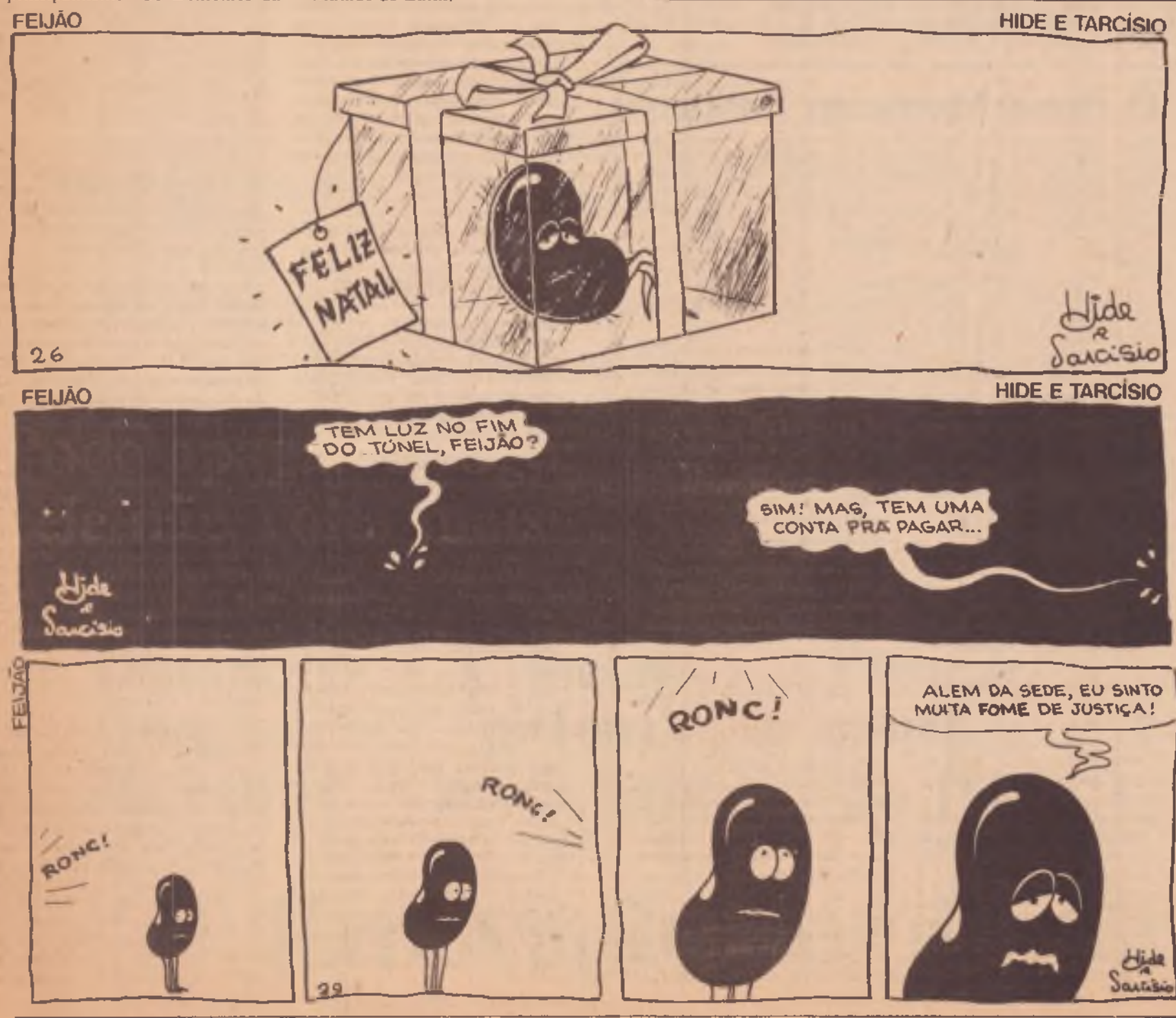
"Compadre, quer lavar os pés pra dormir?"

Ele nem precisou pensar muito pra responder:

"Olha, compadre, quero sim. Mas... será que não faz mal lavar os pés de barriga vazia?"

(MB)

FEIJÃO — HIDE E TARCÍSIO



Coleções

Presenteie os seus amigos, neste Natal, com uma coleção do *Jornal dos Trabalhadores*. Coleção completa, dois mil cruzeiros: é barato. Procure entrar em contacto com o jornal, pelo telefone 531-0618.

Se o seu amigo morar no Exterior, faça melhor ainda: consulte o cupom abaixo e dê uma assinatura de presente.

Assine o Jornal dos Trabalhadores

Assinale o tipo de assinatura que V. quer e envie este cupom, corretamente preenchido, juntamente com cheque nominal, cruzado, em nome de **Jornal dos Trabalhadores**, rua Andréa Paulinetti, 558. Cep 04707 São Paulo, SP.

Nome:.....

Profissão:.....Idade:.....

Endereço: (rua, número).....

.....

☐☐☐☐☐ .....

CEP CIDADE ESTADO

☐ Cr$ 1.100,00 (12 números)

☐ Cr$ 2.200,00 (24 números)

☐ Cr$ 5.000,00 (**apoio**, 24 números)

Para o Exterior (12 números)

Grupo I — A. do Sul e A. Central — ☐ Cr$ 3.000,00 (US$13)

Grupo II — A. Norte, Port. Espanha — ☐ Cr$ 4.000,00 (US$18)

Grupo III — Resto do Mundo — ☐ Cr$ 5.000,00 (US$22)

A luta da mulher no Parlamento

Lúcia Arruda, eleita deputada do PT no Rio, fala da campanha

RIO — "Mulheres em luta é povo que se liberta" — com esse slogan, Lucia Arruda fez sua campanha no Rio. Com 26 anos, militante do movimento de mulheres, foi eleita pelo PT para a Assembléia Legislativa e será a ocupante mais jovem. Seu trabalho se desenvolveu principalmente entre camponesas, faveladas e a juventude, através de debates e reuniões, que desdobrarão agora em grupos de reflexão e trabalho. Fomos ouvi-la sobre o momento político após as eleições.

P - O que acha do resultado nacional das eleições e quais tarefas que se colocam para o PT?

R - Nós partimos para essas eleições nos colocando enquanto única força política de oposição e não avaliamos que não éramos identificados assim pelo eleitorado. Foi muito importante demarcar o nosso projeto frente as forças de esquerda no País. Mas tivemos dificuldades em nos consolidar enquanto força política que, partindo dos interesses dos movimentos sociais, representasse a proposta política de maior justeza no momento. O PT que sai das eleições não é o mesmo que surgiu nas greves do ABC em 78. Passou por um processo eleitoral, que é um momento privilegiado de fazer uma política de intervenção no movimento popular, de posicionamento para a sociedade. Mas fomos derrotados no objetivo de representação institucional, que é uma conquista importante para nos constituirmos como força política nacional. É fundamental que se avalie nossa política como base nos erros e nos acertos, no que foi nossa tática, nossa apresentação para a sociedade. Porém é importante que a gente faça uma análise da relação dessa forma política que é o PT, do ponto de vista dos movimentos sociais. A partir da avaliação do estágio dos movimentos sociais, a gente vai amadurecer a proposta política do PT. Temos que reconhecer que o quadro das forças políticas do País é mais amplo e está se definindo o terreno da nossa disputa. Do entrelaçamento dos movimentos sociais setorizados surge a proposta do PT, que é a sua alternativa para a sociedade. A dinâmica do PT sai mudada e temos de traduzir essa mudança na nossa forma de organizar, de debater entre as divergências internas, na relação entre a direção e a base.

P - Como vê sua atuação no Parlamento?

R - Em primeiro lugar eu vejo a ligação do mandato com a consolidação nacional do Partido. Em segundo, eu entendo o mandato como a face parlamentar da luta política, a luta parlamentar como canal de intervenção da nossa força política. E o principal, que é o mandato e a sociedade, eu vejo como um perfil específico muito grande ainda. A gente pretende ser um mandado popular, do PT, dos setores oprimidos e explorados da sociedade, então temos uma relação de solidariedade, de apoio e compromisso com qualquer movimento de contestação social. E, nós que somos militantes do movimento de mulheres, vamos fazer uma ligação do interior desse movimento para uma representação institucional dele. Nosso trabalho então vai ser norteado nesse tripé. Estamos a fim de discutir leis que representem conquistas imediatas, como por exemplo a luta pela cidadania feminina. Há a proposta de o PT fazer um forum político para discutir problemas imediatos, como a usina nuclear de Angra dos Reis, os conflitos de terra no interior do Estado, violência nas favelas, estupors contra as mulheres. Há a necessidade de um posicionamento público para essas questões, respeitando a autonomia dos movimentos e as forças políticas diferentes.

P - Como encara o governo Brizola no Rio?

R - A vitória de Brizola aqui no Rio representa uma vitória da oposição. Foi uma derrota do Chaguismo e da ditadura, e vai trazer uma qualidade de luta política dentro do Estado completamente diferente. Devemos redimensionar nossa reflexão sobre o PT e sua relação política com o Governo do Estado. Não é a relação orgânica, pela eventual participação nalguma Secretaria, que preocupa, mas a gente quer basear essa relação com o que os setores interessados querem dessa Secretaria. A explicitação dessa política vai determinar nossa ação, entendendo esse executivo como um espaço de mobilização e conquista popular, onde está garantida a consulta e a participação.

Lúcia Arruda, eleita deputada do PT no Rio

JORNAL DOS Trabalhadores

ANO I — Nº 10 — Quinzenal — 22 de dezembro de 1982 — Cr$ 80,00

PT vai renovar todos os Diretórios

Essa é uma das principais resoluções da última reunião da Nacional

Renovação de todos os Diretórios, dos Distritais ao Nacional, até julho; balanço da campanha eleitoral, a ser feito até fins de janeiro; elaboração do Regimento Interno do Partido; reunião do Diretório Nacional no dia 5 de fevereiro em Brasília; Convenção Nacional para examinar a questão do Pará; e posição diante dos Governos e demais partidos — essas foram as principais resoluções da reunião da Comissão Executiva Nacional do Partido realizada nos dias 4 e 5 em Brasília.

Em seguida, a circular nº 15/82, da Secretaria Geral Nacional, relatando essas decisões; ao lado, a íntegra do documento fixando a posição do PT diante dos partidos e Governos.

Avaliação

"A Executiva Nacional esteve reunida nos dias 4 e 5 de dezembro, em São Paulo, para avaliar os resultados das eleições e encaminhar o balanção do processo eleitoral em todo o Partido. Foram também estabelecidas algumas medidas necessárias para o fortalecimento do Partido e retomada da sua construção.

"Documento avaliando a campanha eleitoral. Foi apresentado um informe do Comitê Eleitoral Nacional Unificado sobre os resultados obtidos pelo PT nos Estados. A partir dele foi feita extensa discussão, enriquecida com informações de vários Regionais. Como resultado dessa discussão está sendo concluído um documento de balanção da campanha eleitoral, que a Executiva fará chegar a todo o Partido, para ajudar a avaliação da campanha pelas bases.

"Encontros Regionais e convocação do Diretório Nacional. A Executiva Nacional recomenda a todos os Regionais a realização, até o fim de janeiro, de reuniões amplas, estaduais e municipais, para proceder ao balanço da campanha, a partir do documento enviado. É fundamental que essa avaliação não seja feita somente pelos membros do Diretório Regional ou Municipal, e muito menos por suas Executivas. O resultado de tais discussões e os documentos aprovados em cada Regional deverão ser trazidos para uma reunião do Diretório Nacional no dia 5 de fevereiro, em Brasília, onde será concluído um balanço mais representativo do pensamento das bases.

"Documento do PT definindo posição frente aos novos governos. A Executiva Nacional considerou necessário tirar um documento reafirmando a posição do PT frente aos demais partidos e antecipando as linhas gerais que vão nortear sua ação frente aos novos governos eleitos em 15 de novembro. Tal documento segue em anexo, sob o título: "O PT e o momento político". Recomendamos a todos os Diretórios Regionais que garantam ampla divulgação desse texto, tanto junto aos Núcleos e Diretórios de base, quanto externamente ao Partido, em especial nos órgãos de imprensa.

Estados

"Presença da direção Nacional nos Estados. Levando em conta a necessidade de melhorar a presença da direção nacional nas atividades do Partido nos diferentes Regionais, a Executiva decidiu nomear 6 de seus membros para acompanhar o balanço das eleições nos Estados, para comparecer aos Encontros e reuniões dos Diretórios Regionais, para manter comunicação regular com os Estados e seguir de perto todo o processo de renovação dos Diretórios.

A distribuição de tarefas resultou assim:

Apolônio de Carvalho: Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Alagoas; Jacó Bittar: Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal; Weffort: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo; Ibrahim: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia; Doyle: Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte; Luiz Eduardo: Amazonas, Pará, Acre, Rondônia e Amapá. Até julho, portanto, esses companheiros deverão acompanhar de perto tudo o que se passa nesses Regionais, servindo como pontes permanentes de informação e ligação entre os Estados e a Executiva Nacional.

"Calendário para renovação dos Diretórios. Levando em conta que já estão oficialmente marcadas, junto à Justiça eleitoral, as datas para as Convenções (oficiais) do PT para renovação dos Diretórios, a Executiva Nacional estabeleceu um calendário para realização das pré-convenções nos diferentes níveis: 1) as Pré-Convenções Municipais deverão ser realizadas durante o mês de março. A data para as Convenções Municipais em todo o país é 10 de abril; 2) as Pré-Convenções Estaduais deverão ser realizadas no mês de maio. Em 12 de junho serão feitas as Convenções oficiais. 3) A Pré-Convenção Nacional será realizada nos dias 8 e 9 de julho, em Brasília, dando-se a Convenção oficial no dia 10.

"Regimento interno do PT. A Executiva Nacional decidiu convidar os companheiros Luiz Eduardo Greenhalgh, Marcos Aurélio Ribeiro, Sandra Starling, Plínio de Arruda Sampaio e José Mentor para elaborarem um anteprojeto de Regimento Interno do PT, incorporando as resoluções já aprovadas na última Pré-Convenção Nacional. Esse antepropejto deverá ser discutido nas Pré-Convenções municipais, Estaduais e Nacional, tirando-se nesta última o Regimento que será registrado na Justiça Eleitoral como mais um documento básico do Partido.

"Convocada convenção nacional para 6 de fevereiro. Nos termos da alínea **e** do artº 70 dos Estatutos do Partido, a Executiva Nacional fixou a data de 6 de fevereiro para realização da Convenção Nacional que examinará o recurso apresentado por companheiro do Pará contra a resolução do Diretório Nacional, em 6 e 7 de setembro de 1982, dissolvendo o Diretório Regional daquele Estado. A fixação da data atende a deliberação daquela reunião do Diretório, que havia decidido deixar para depois de 15 de novembro a convocação de Convenção para apreciação de eventual recurso contra a medida. Lembramos desde já que deverão comparecer a essa Convenção, além de todos os membros do Diretório Nacional, também os delegados à Convenção Nacional (oficiais) e os parlamentares federais. Em vista disso é que foi marcada a data um dia após a reunião do Diretório Nacional para avaliação da campanha eleitoral (5 de fevereiro). Encerrando esta circular, aproveitamos para informar que a Executiva Nacional aprovou a elaboração de uma nota oficial do PT em solidariedade ao movimento grevista sustentado pela Associação Nacional dos Docentes Universitários — ANDES. Discutiu-se ainda a reorganização da Assessoria de Imprensa da direção nacional, a evolução do "Jornal dos Trabalhadores" e a estruturação da Fundação Wilson Pinheiro, cuja sede será inaugurada em São Paulo no dia 20 de dezembro Foram também apresentados informes sobre a Tesouraria Nacional e sobre a viagem feita pelo companheiro Hélio Doyle a Alagoas para apurar as causas do não lançamento de candidatos naquele Estado. PT Saudações, São Paulo, 15 de dezembro de 1982, Jacó Bittar, secretário geral".

O Novo Momento Político

Sob o título "O PT e o Novo Momento Político", e com data de 17 de dezembro, é o seguinte o texto final do documento aprovado pela Comissão Executiva Nacional do PT, reunida nos dias 4 e 5 de dezembro, em São Paulo.

"As eleições de 15 de novembro devem ser consideradas apenas como um episódio na caminhada dos trabalhadores. A luta do PT mal começou. Nela prosseguiremos, fortalecidos pela experiência da luta eleitoral e contando com novas condições para reforçar o movimento popular.

"Sabendo que nosso partido se afirmou como um verdadeiro partido de oposição, descartamos toda especulação a respeito de fusão com outros projetos políticos partidários. O PT insiste na defesa da liberdade de organização para todas as correntes ideológicas e reitera sua disposição de assegurar uma faixa própria para os trabalhadores, na estrutura partidária existente.

"Estamos conscientes de que 1983 será marcado por novo agravamento nas condições de vida da população, uma vez selada a corrida ao FMI e o resultante aprofundamento da recessão, aumento do desemprego e da miséria. Também sabemos dos planos governamentais para endurecimento na política salarial. E não ignoramos, por outro lado, que o resultado das eleições trouxe modificações significativas no esquema de Governo em muitas unidades da Federação.

"Tanto as mudanças de ordem social quanto as modificações políticas concorrem para comprovar o acerto das lutas que o PT vem travando desde seu nascimento: contra a Lei de Segurança Nacional, pelo direito de greve, por liberdade sindical, pela Reforma Agrária e por eleições diretas em todos os níveis, a começar pela questão imediata das prefeituras das capitais.

"A nova conjuntura anima o PT a prosseguir em sua política independente e na afirmação de sua identidade própria. É com plena independência que o PT estudará, no concreto e caso por caso, todas as medidas que os novos governos venham a encaminhar. Antecipa, no entanto, que dará combate a quaisquer projetos que se choquem com os interesses dos trabalhadores, venham eles do Governo federal, venham dos Governos estaduais e municipais, qualquer que seja sua origem partidária. A única atitude invariável do PT será o compromisso com os direitos e as aspirações dos trabalhadores, não transigindo com qualquer proposta que afete sua independência.

"Apoiado nesse compromisso, firme nessa independência, o PT possuirá autoridade permanente para cobrar promessas e exigir melhoras substanciais no nível de vida dos trabalhadores. Voltado para as lutas populares do campo e da cidade, e interessado acima de tudo em seu crescimento, nosso partido será capaz de somar forças, quando necessário, e de denunciar com vigor, sempre que preciso".

Partido continua com as avaliações

Os vários organismos do Partido dos Trabalhadores continuam fazendo avaliações críticas da organização partidária e da campanha eleitoral, iniciadas logo após o 15 de novembro. Publicamos aqui os documentos da Comissão Executiva Regional do PT de Santa Catarina e do Núcleo de Base das Chácaras São José, em Campinas, Estado de São Paulo.

Florianópolis

"O Partido dos Trabalhadores iniciou seu processo de avaliação da campanha eleitoral de 1982 a partir da reunião estadual realizada no último dia 28 de novembro em Florianópolis, onde, com companheiros representantes de todo o Estado, tirou-se um cronograma de reuniões de avaliação nas regiões e diretrizes para a reorganização do PT no Estado. Esta nota vem com o objetivo de dar subsídios para a discussão e mostrar o posicionamento inicial do Partido dos Trabalhadores frente a sua perspectiva histórica .

"As eleições a 15 de novembro de 1982 foram o primeiro teste eleitoral do PT e sobre a nossa participação e desempenho, devemos aprofundar a avaliação buscando a definição de uma linha política e das tarefas mais importantes e imediatas do Partido daqui prá frente".

"O PT foi às eleições com dois objetivos centrais, definidos em sua Carta Eleitoral: 1º) levar o programa do PT aos trabalhadores usando a campanha para dar continuidade às lutas sociais e para aumentar a organização e consciência política do povo, tarefas estas que servirão para consolidar e ampliar o PT; 2º) constituir-se na expressão partidária que aglutine os trabalhadores numa proposta que represente os interesses e reivindicações do movimento operário e popular, fortalecendo uma alternativa política diferenciada da oposição liberal burguesa e colocando a questão do poder político do ponto de vista dos trabalhadores".

"Ainda que parcialmente, o PT conseguiu cumprir seus propósitos ao participar das eleições de 1982. Hoje a proposta do PT fortaleceu-se e se ampliou por todo o Estado. O PT foi votado em mais de 120 municípios. Novas lideranças surgiram, outras se consolidaram. O simples fato de o PT ter conseguido participar do processo eleitoral já constitui uma vitória para os trabalhadores, apesar de todos os obstáculos impostos pelo regime e pela classe dominante e que lhe deram o caráter fraudulento, corruptor e autoritário, haja vista ao modelo de cédula, o voto vinculado, a lei Falcão, a compra de votos, a manipulação de dados e o poder corruptor do dinheiro e da máquina administrativa do Estado .

"O resultado numérico, entretanto, em torno de 7.000 votos e que entendemos como 7.000 vozes a apoiarem e participarem da organização independente dos trabalhadores, ficou abaixo da nossa expectativa e não foram somente a bipolarização do pleito e a tese do voto útil os responsáveis por este baixo resultado, mas também dificuldades internas tais como um melhor funcionamento da campanha; dificuldade na escolha de candidatos e no encaminhamento da campanha unificada e por fim o não cumprimento de alguns pontos da Carta Eleitoral .

"Agora, após as primeiras avaliações, a Executiva Estadual do Partido dos Trabalhadores conclama a todos os seus filiados, militantes e simpatizantes a aprofundarem a discussão política sobre esses dois pontos básicos: a avaliação da campanha eleitoral e propostas de encaminhamentos do trabalho do PT daqui prá frente".

"Por fim declara e reafirma sua disposição de levar a frente a proposta de construção do Partido dos Trabalhadores descartando qualquer tese de coligação ou fusão com outras forças políticas. O PT veio prá ficar. Ou nós caminhamos sobre nossas próprias pernas ou estaremos sempre ao reboque dos interesses daqueles que exploram e oprimem a classe trabalhadora. Florianópolis, 2 de dezembro de 1982. Executiva Estadual do Partido dos Trabalhadores SC".

Campinas

"O resultado das eleições para o PT, tanto a nível nacional, como local, se não foi totalmente desastroso, deixou muito a desejar. Encontrar desculpas como a de que foi a inexperiência ou os casuísmos que causaram o fracasso não corresponde à realidade. Passado o impacto do resultado, é hora de analisarmos friamente, e com coragem, todas as nossas falhas. A "guerra" interna foi tão grande que saiu da esfera de disputa entre os próprios grupos que compõem o PT, para ser um duelo entre companheiros de um mesmo grupo. Poderíamos ter obtido melhores resultados, elegendo mais vereadores, e até o prefeito, se a campanha se tivesse desenrolado de outra forma. O individualismo chegou a tal ponto que cada companheiro candidato, preocupado exclusivamente com sua própria campanha, acabou prejudicando a si, aos demais e, ao que é pior, ao Partido.

"Os vários grupos que compõem o PT se digladiaram o tempo todo, cada qual procurando puxar para seu lado as oportunidades, sendo raros os companheiros que se preocuparam com a campanha do Prefeito. Todos se esqueceram de que seria ele quem puxaria votos, para eleger mais vereadores, e o resultado foi o que se viu: um prefeito com pouco mais de 30.000 votos, que só conseguiu eleger dois vereadores. Tivessem os vereadores trabalhado unidos, levando o nome do prefeito até o povo e certamente o João teria tido muito mais votos e o PT estaria hoje com mais vereadores eleitos.

"Houve casos tão absurdos que precisam ser comentados e discutidos. Eis alguns deles: 1) houve companheiros que se dirigiram até as fábricas, onde outros companheiros já haviam feito um trabalho, simplesmente para destruir esse trabalho feito, tentando desviar os votos conseguidos pelo outro candidato, para sí. Assim, um vereador fazia um trabalho em cima de outro trabalho feito pelo próprio companheiro, disputando votos no mesmo setor. É evidente que se ao invés desse trabalho de destruição do que já estava feito, disputando votos no mesmo setor, esses companheiros tivessem procurado abrir novos campos, o resultado seria outro; 2) cada grupo procurava, o tempo todo, boicotar as atividades dos demais grupos, como se dentro do PT só houvesse inimigos; 3) todos se lembram do forró do clube nipo-brasileiro, quando a maioria dos candidatos e dos núcleos não compareceu, simplesmente para não apoiar uma realização organizada pelos companheiros de Barão Geraldo, deixando de prestigiar uma festa petista, porque foi feita por um grupo do qual não faziam parte; 4) da mesma forma, por ocasião do lamentável acontecimento no São Bernardo, quando o Lula não falou, comentou-se que alguém teria dito a ele que não falasse, porque ali era reduto "daquela mulher", referindo-se a companheira Irma Passoni; 5) também na porta de uma fábrica, quando o companheiro Argeu fazia panfletagem, um candidato apoiado pelas comunidades pegou o alto-falante e começou a fazer propaganda da companheira Irma Passoni, em visível prejuizo ao trabalho do companheiro Argeu; 6) na Singer procurou-se destruir o trabalho que companheiros desenvolviam — em torno da candidatura do Nivaldo, para promover outro vereador, dividindo os votos e o eleitorado. É evidente que essa disputa tirou votos, não só do companheiro Nivaldo, como do próprio companheiro que pretendeu os votos para sí, e o resultado foi que nenhum dos dois se elegeu; 7) na festa que os companheiros do jornal "O Trabalho" realizaram na sede, para lançamento da candidatura do "Bigode", não compareceu um companheiro sequer, de outro grupo ou núcleo. Resultado: deixou de ser uma confraternização petista, porque os companheiros não aderiram... 8) e, o que é pior... até informações de interesse geral eram transmitidas em voz baixa, para não caírem nos ouvidos de companheiros de outros grupos, e os votos, bem como os eleitores eram disputados dentro do próprio Partido, com os candidatos procurando tirar votos, uns dos outros; 9) até no preenchimento de fichas para boca de urna hôuve desvio, pois quando alguém comparecia à sede do Comitê, para se inscrever, era logo colocado o nome do candidato preferido por quem estava preenchendo a ficha; 10) houve casos até de pessoas que se inscreveram para fazer boca de urna para determinados candidatos a vereador, e as fichas sumiram...; 11) igualmente prejudicial e indicativo de que o PT de Campinas vai muito mal, é o fato de um grupo se fechar sobre si mesmo, votando contra qualquer proposta que venha de outro grupo, mesmo que seja boa; 12) não houve o menor respeito a qualquer determinação da Assessoria, nem do CEU e, no final da campanha vimos que se chegou a cúmulo de desrespeitar até uma determinação do Diretório.

"Tudo isso explica o fracasso das eleições em Campinas e o fato de o PT não ter se saído bem no resto do País não tira nossa responsabilidade pelo fracasso local. O Núcleo das Chácaras São José propõe a realização de uma plenária, com a máxima urgência, não só para renovação do Diretório, como para uma ampla discussão dos pontos aqui levantados, com a criação de comissões que realmente tenham autoridade para fiscalizar as atividades dos núcleos, sua efetiva participação no processo de formação e crescimento do PT e a contribuição obrigatória que deve ser dada, não só pelos núcleos, como por todos os filiados, que devem ser militantes. Saudações Petistas, Campinas, novembro de 1982.

Com cópia: 1) a todos os núcleos de Campinas; 2) do Diretório Municipal de Campinas; 3) À Comissão Regional de ética e disciplina; 4) À Estadual".